

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LÚCIA REGINA CENTURIÃO**

**A TESE DA POUPANÇA FORÇADA E SUA REPERCUSSÃO NO PENSAMENTO  
ECONÔMICO BRASILEIRO E DA CEPAL: 1949 - 1964**

**CURITIBA  
2015**

**LÚCIA REGINA CENTURIÃO**

**A TESE DA POUPANÇA FORÇADA E SUA REPERCUSSÃO NO PENSAMENTO  
ECONÔMICO BRASILEIRO E DA CEPAL: 1949 - 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Econômico, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado

**CURITIBA  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Centurião, Lúcia Regina

A tese da poupança forçada e sua repercussão no pensamento econômico brasileiro e da Cepal: 1949-1964 / Lúcia Regina Centurião. – 2015.

94 f.

Orientador: Marcelo Luiz Curado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2014.

1. Poupança e investimento – Brasil – 1949-1964. 2. Inflação – Brasil – 1949-1964. I. Curado, Marcelo Luiz, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

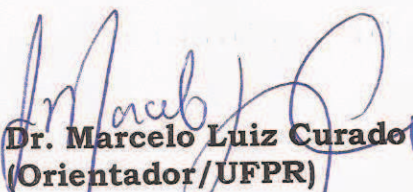
CDD 332.1752

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

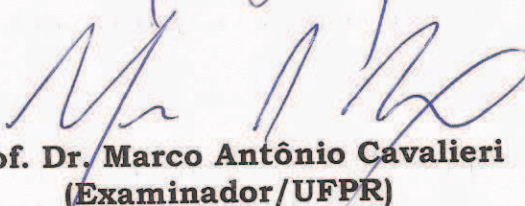
**Lucia Regina Centurião**

**“A TESE DA POUPANÇA FORÇADA E SUA REPERCUSSÃO NO  
PENSAMENTO BRASILEIRO E DA CEPAL: 1949-1964”**

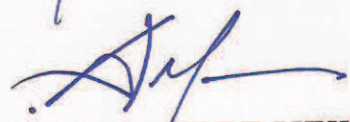
**DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA NO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:**



**Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado**  
(Orientador/UFPR)



**Prof. Dr. Marco Antônio Cavaliere**  
(Examinador/UFPR)



**Prof. Dr. ALEXANDRE MENDES CUNHA**  
(Examinador/UFGM)

**12 de março de 2015**

## **RESUMO**

Este trabalho trata da relação entre poupança, inflação e crescimento, materializada na tese da poupança forçada, no que respeita ao pensamento econômico de Celso Furtado, Raúl Prebisch e João Paulo Magalhães no íterim 1949 - 1964. A tese da poupança forçada advoga a funcionalidade da inflação como um meio de aumentar a poupança e promover o crescimento. O trabalho possui como objetivo principal contrastar a leitura secundária feita no primeiro capítulo, leitura esta que aponta que tais autores eram defensores da teoria em questão, com a leitura primária da obra destes. O trabalho também possui como objetivo secundário analisar o desenvolvimento do conceito de inflação estrutural nos primeiros anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. Concluí-se que, em relação ao objetivo principal, nenhum dos autores, em tese, defendiam a teoria da poupança forçada, ao contrário dos apontamentos feitos na leitura de fonte secundária apresentadas no capítulo número um. Também foi possível observar que ainda que a maioria dos trabalhos apontem que a inflação estrutural foi desenvolvida somente ao final da década de 1950, Celso Furtado associava a inflação à problemas não-conjunturais desde o início do período analisado.

Palavras-chave: Inflação Estrutural. CEPAL. Poupança Forçada.

## **ABSTRACT**

This work deals with the relationship between savings, inflation and growth, materialized in the doctrine of forced savings, regarding the economic thought of Celso Furtado, Raúl Prebisch and João Paulo de Almeida Magalhães in the period from 1949 to 1964. The doctrine of forced savings advocates that inflation can be used as a mean to increase savings and promote growth. The work has as main objective compare the secondary literature presented in the first chapter to the primary literature of the articles of those authors. The work also has a secondary objective to analyze the development of the concept of structural inflation in the early years of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean - ECLAC. We concluded that, in relation to the main objective, none of the authors defended the doctrine of forced savings. We also observed that, although most studies indicate that structural inflation was developed only at the end of the 1950s, Celso Furtado associated inflation to non-conjectural problems since the beginning of the reporting period.

Key-words: Structural Inflation. ECLAC. Forced Savings.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: O crescimento da renda per capita nos países subdesenvolvidos .....	70
-------------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: A TESE DA POUPANÇA FORÇADA: LEITURA SECUNDÁRIA .....</b>	<b>12</b>
1.1. A TESE DA POUPANÇA FORÇADA NO PENSAMENTO ECONÔMICO GERAL .....	12
1.2. A TESE DA POUPANÇA FORÇADA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E DA CEPAL .....	17
<b>CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO ACERCA DA INFLAÇÃO ...</b>	<b>22</b>
2.1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NO BRASIL .....	23
2.2. IMPLICAÇÕES DO PROCESSO INFLACIONÁRIO .....	28
2.2.1. IMPLICAÇÕES POSITIVAS .....	28
2.2.2 IMPLICAÇÕES NEGATIVAS .....	284
2.3. AS CAUSAS ESTRUTURAIS DA INFLAÇÃO .....	32
2.3.1 A DISPARIDADE ENTRE OFERTA E DEMANDA, A REDUZIDA CAPACIDADE PARA IMPORTAR E A INSUFICIÊNCIA DA POUPANÇA .....	26
2.3.2 A AGRICULTURA .....	29
2.3.3. O AUMENTO DOS SALÁRIOS, O CONSUMO DAS MASSAS E A LUTA DE CLASSES .....	36
2.4. OS DETERMINANTES QUE ATUARAM PARA QUE O DESENVOLVIMENTO NÃO SE PROCESSASSE COM ESTABILIDADE INTERNA NO BRASIL .....	37
2.5. O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ELABORADO POR CELSO FURTADO .....	40
<b>CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO DE RAUL PREBISCH ACERCA DA INFLAÇÃO .....</b>	<b>44</b>
3.1. A INFLAÇÃO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA .....	45
3.2. AS REPERCUSSÕES DA INFLAÇÃO .....	47
3.3. AS CAUSAS DA INFLAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NO PERÍODO ANALISADO .....	53
3.4. AS POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO IDEALIZADAS POR PREBISCH .....	59
<b>CAPÍTULO 4: OS TRABALHOS DE JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES ....</b>	<b>66</b>
4.1. A ABORDAGEM FORMAL DA PROBLEMÁTICA E AS CAUSAS DA INFLAÇÃO	



4.2. OS EFEITOS DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NA ECONOMIA .....	74
4.3. O CONTROLE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO.....	78
4.4. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA, O CENÁRIO POLÍTICO E O PENSAMENTO DA CEPAL .....	82
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

As propostas metodológicas "pós-modernas" foram as primeiras a defenderem que a verdade na ciência era apenas uma crença advinda do consenso da comunidade e não uma verdade absoluta. McCloskey, com a Retórica, acreditava por exemplo que, no campo científico, vencia a teoria que apresentava maior poder de convencimento, ou seja, a mais simples, com maior abrangência e generalidade, que reduzia as metáforas e reinventava as tradições. Com isso a análise da evolução do pensamento econômico, mais do que apontar para uma sucessão linear de ideias que culmina na teoria mais aperfeiçoada, apresenta uma batalha de teorias divergentes em que a tese mais aceita nem sempre corresponde à mais adequada ao fim que se propõe, e sim a que mais possui poder de persuasão.

Mais além, muitos são os questionamentos na economia que transcendem gerações, como o que concerne à relação entre a poupança e o investimento. Os teóricos do chamado novo-desenvolvimentismo, por exemplo, tem como um de seus apontamentos principais a necessidade do Brasil aumentar o volume de sua poupança interna para promover o investimento e consequentemente o crescimento econômico. Desde o trabalho seminal de Kuznets, outro questionamento que se perpetua é o tocante à relação entre o estágio de desenvolvimento de um país qualquer e o nível de desigualdade de renda existente, dado os inúmeros trabalhos com resultados díspares que buscaram analisar a validade da curva de Kuznets.

Tendo em vista essas considerações e a significativa pertinência derivada destas de realizarmos um resgate do pensamento de autores e debates selecionados, este trabalho tem como proposta principal analisar parte da literatura que trata diretamente da relação entre poupança, crescimento, inflação e desigualdade, sob a perspectiva do que definimos aqui como mecanismo de poupança forçada<sup>1</sup>: a transferência de renda

---

<sup>1</sup> Apesar do fato de que vários autores associam o termo "poupança forçada" no Brasil com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, criado em 1966, a definição que se sobrepõe nos trabalhos em geral é o de redução dos rendimentos reais daqueles que recebem rendas fixas através do aumento dos preços, com transferência de renda para os que produzem tais produtos. Em vista disto, tal definição do termo "poupança forçada", indissociável do processo inflacionário, será utilizada doravante, a despeito de que associações como ao FGTS não sejam, por definição, um equívoco.

dos setores com rendimentos fixos, principalmente os trabalhadores, para as camadas da sociedade cujo principal componente da renda recebida é o lucro.

O primeiro capítulo apresentado neste trabalho compreende uma literatura secundária que trata do mecanismo da poupança forçada primeiramente na história do pensamento econômico em geral e posteriormente na história do pensamento econômico brasileiro e da CEPAL, literatura esta que ao discorrer sobre o assunto aponta uma série de autores que teriam incorporado de alguma maneira tal mecanismo em suas análises. Desta série de autores apontados selecionamos três, Celso Furtado, Raúl Prebisch e João Paulo de Almeida Magalhães, e dedicamos o restante do trabalho, utilizando como metodologia a leitura primária da obra de tais autores, à delinear a relação que estes apontam entre a poupança, o desenvolvimento e o processo inflacionário. O período escolhido compreende o intervalo 1949 - 1964. Os trabalhos dos autores ligados à CEPAL foram escolhidos pela relevância na formação do pensamento econômico da América Latina. João Paulo de Almeida Magalhães foi incluído na análise dado que, pertencente à classe empresarial, é da lista dos autores apresentados o que espera-se justificar com maior convicção a teoria analisada.

No que concerne à objetivo o trabalho vai ao encontro da discussão feita por Curado e Cavalieri (2014) acerca da associação entre o pensamento desenvolvimentista e a leniência com o processo inflacionário. Os autores buscam, analisando sobretudo o pensamento de Celso Furtado, Roberto Simonsen e Roberto Campos responder à duas perguntas centrais: "Os expoentes intelectuais do desenvolvimentismo defendiam o uso de mecanismos inflacionários para o financiamento dos investimentos industriais? Pode-se afirmar que a literatura do desenvolvimentismo defendia certa leniência do controle inflacionário?" (Curado e Cavalieri, 2014, p. 1). A principal motivação das indagações feitas no trabalho adveio da visão inflacionista acerca do desenvolvimentismo, difundida principalmente por Franco (1999, 2005). O autor afirma que o pensamento em questão enxergava funcionalidade no processo inflacionário, vendo neste uma via de promoção do crescimento. A origem desta doutrina inflacionista para Franco encontra-se no estruturalismo latino-americano e tem como principais criadores e difusores Raúl Prebisch e Celso Furtado. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo responder às duas perguntas feitas pelos autores no que tange não somente ao desenvolvimentismo, mas também à parte do

pensamento estruturalista, representada pela obra de Prebisch no período analisado e também à parte do pensamento empresarial brasileiro.

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa "Economia Brasileira e História do Pensamento Econômico Brasileiro", nucleado na Universidade Federal do Paraná.

## **CAPÍTULO 1: A TESE DA POUPANÇA FORÇADA: LEITURA SECUNDÁRIA**

### **1.1. A TESE DA POUPANÇA FORÇADA NO PENSAMENTO ECONÔMICO GERAL**

Apesar de não ser uma ideia inédita, é no século XIX, concomitante ao debate entre os bulionistas e antibulionistas que a doutrina da poupança forçada passa a ser discutida com maior ênfase, embora sempre associada com a discussão acerca do volume de moeda necessária na economia e se tal moeda deveria ser ou não lastreada em ouro. Tal doutrina constituiu-se a principal violação, pelo lado da oferta monetária, do princípio da neutralidade da moeda defendida pelos autores clássicos: alguns pensadores antibulionistas, começaram a trabalhar com a hipótese de que no curto prazo, dado que nem todos os preços se ajustavam na mesma velocidade, era possível afetar o lado real da economia com a oferta monetária, já que ocorreriam algumas redistribuições de renda. Mais especificadamente, provocaria a transferência de renda do setor consumidor da economia, principalmente os trabalhadores, por serem seus salários fixos no curto prazo, para o setor produtor da economia.

Entretanto, a maneira como tais redistribuições de renda afetavam o crescimento econômico era matéria de discussão. Por um lado, alguns trabalhos, como o de Say, defendiam que o excesso de moeda na economia afetava negativamente o volume de poupança e consequentemente do investimento, ao privilegiar os devedores à expensa dos credores e desestimulando a prática de empréstimo destes últimos, dado a maior dificuldade em emprestar recursos em um cenário de aumento de preços. Por isso, alguns capitais acabariam sem emprego produtivo. Por outro lado, alguns autores, principalmente da Inglaterra, acreditavam que o procedimento estimularia o investimento ao permitir que os preços aumentassem antes que os gastos com salários, dado o incentivo dado pelo aumento dos lucros (MEYRELLES FILHO e ARTHMAR, 2013). O aumento do volume de emprego geral poderia contrabalançar, por isso, o efeito inflacionário do crédito (MOLLO, 1994).

É interessante notar que desde os primórdios da discussão o aspecto de injustiça social presente no mecanismo já era alvo de críticas por aqueles que acreditavam que este pudesse afetar o lado real da economia. Bentham, por exemplo, a quem Hayek (1932) atribui a primeira formulação clara e elaborada acerca da problemática se referia

ao mecanismo como "frugalidade forçada", e a despeito de que em seus primeiros trabalhos sobre o tema o autor admitisse a possível funcionalidade da política, sem embargo, não competia ao Estado impelir as pessoas a sacrificarem seu conforto presente:

*"By raising money, as other money is raised, by taxes (the amount of which is taken by individuals out of their expenditure on the score of maintenance), government has it in its power to accelerate, to an unexampled degree, the augmentation of the mass of real wealth. By a proportionable sacrifice of present comfort, it may make any addition that it pleases to the mass of future wealth; that is, to the increase of comfort and security. But tho it has it in its power to do this, it follows not that it ought to exercise this power to compel the community to make this sacrifice."* (Bentham, 1843, p. 44, apud Hayek, 1932, p. 124)

A segunda controvérsia monetária notória no século XIX, depois do embate entre os bulionistas e antibulionistas, ocorreu entre a chama *Currency School* e a *Banking School*, que, diferentemente da primeira discussão, ambos os lados posicionavam-se favoravelmente à conversibilidade da moeda divergindo principalmente no que tratava não só da necessidade, como da viabilidade da adoção de controles monetários no curto prazo, havendo, portanto, uma ortodoxização da discussão. A corrente de pensamento mais efetivamente heterodoxa durante este período foi a chamada *Birmingham School*, cujos autores acreditavam que impulsos monetários eram capazes de levar a economia ao pleno emprego (MOLLO E FONSECA, 2013). Já no século XX, segundo a literatura, o próximo autor a abordar com ênfase a questão da emissão monetária e o crescimento econômico, e, mais especificadamente, a questão da poupança forçada, seria Robertson em 1922, que ligado à Escola de Cambridge, iniciaria um debate com Keynes acerca da problemática. Robertson apresenta duas formas distintas, porém relacionadas ao aumento dos preços, pelas quais a poupança forçada seria realizada: a poupança automática e a poupança induzida. Enquanto a poupança automática diminuía o consumo daqueles cujos rendimentos eram fixos, a poupança induzida por sua vez seria advinda do fato de que, ao perceberem os indivíduos que seu estoque de moeda real estava abaixo de um nível considerado apropriado dado o aumento dos preços, o consumo seria diminuído a fim de recompor o montante de moeda em estoque.

As proposições de Robertson tinham uma forte implicação no papel da política monetária: esta deveria ser frouxa nos períodos de expansão do ciclo, para propiciar a

poupança forçada e estimular o investimento, sendo uma política necessária para o crescimento econômico. Segundo Meyrelles Filho e Arthmar (2013), Keynes por sua vez, na década de 1920 "não apenas acreditava na validade desta teoria como também foi responsável em certo grau pelo seu desenvolvimento" (MEYRELLES FILHO e ARTHMAR, 2013, p. 10). Entretanto, a tese defendida por Robertson deveria implicar necessariamente que os montantes de poupança e investimento poderiam ser distintos, sendo então o preço a variável de ajuste do sistema. Com a Teoria Geral em 1936, Keynes rompe com esta doutrina, ao afirmar que o investimento propiciaria sua própria poupança e que a poupança forçada só poderia existir no caso do pleno emprego. Entretanto, para alguns autores, mesmo abandonando a tese, Keynes acabara popularizando o mecanismo. Por exemplo, Moraes 1991 defende que:

"Essa ideia de "poupança forçada" havia sido antecipada por Thorton (*An Enquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit of Great Britain*, 1802) e Wicksell (*Lectures on Political Economy*, 1906). Keynes, no entanto, foi quem mais a popularizou. Ele pode ser considerado um apologista de políticas inflacionárias. Além disso, ele estava perfeitamente consciente de seus efeitos redistributivos, a respeito dos quais escreveu bastante" (MORAES, 1991, p. 3).

Além de Keynes, Kalecki também fora apontado como um defensor da teoria, como mostra esta dissertação orientada por Gustavo Franco, em uma seção denominada "O mecanismo de poupança forçada":

"Nas versões pioneiras deste enfoque distributivista, associadas aos trabalhos de Kalecky (1939), Kaldor (1956) e Robinson (1956), observamos uma estrutura binária de classes compostas de trabalhadores e capitalistas em que, por hipótese, a renda do trabalho seria totalmente consumida, enquanto os lucros seriam apenas parcialmente alocados em consumo. Neste contexto em que os lucros são a única fonte de poupança do sistema, aumento do nível geral de preços não acompanhado por correspondente alteração no salário nominal redundaria em redução do salário real, da participação da classe trabalhadora no produto e no consumo global em benefício da classe capitalista, e da poupança agregada" (NERI, 1990, p. 25).

Os trabalhos de Kaldor e de Robinson citados pelo autor estão associados na literatura com o que ficou conhecido por teoria de distribuição de Cambridge, prováveis herdeiros do pensamento de Robertson, cujo pensamento, como apresentado anteriormente, estava ligado à teoria da poupança forçada. No que concerne à Kalecki, autores como Serrano (2001) criticam a tese de que este defendia a doutrina da poupança forçada: "Kalecki reiteradas vezes afirmou que não aceitava a teoria de distribuição de Cambridge (a qual vários autores inclusive lhe atribuíam autoria)"

(SERRANO, 2001, p. 14). Na teoria da distribuição de Cambridge, com o propósito de resolver o problema da trajetória instável de crescimento levantada por Harrod, a inflação aparece mais uma vez como um componente a fim de fazer o ajuste entre a poupança potencial e o investimento autônomo, e há um *trade-off* de longo prazo entre consumo e investimento. O mecanismo da poupança forçada da teoria de Cambridge, ou Teorema de Pasinetti, ou ainda o processo Kaldor-Pasinetti segue explicitado<sup>2</sup>.

O modelo de Harrod apontava que, a fim de o crescimento balanceado com pleno emprego ser alcançado, a seguinte condição deveria ser satisfeita:

$$s = k\eta \quad (1)$$

Em que  $s$  representa a parcela da renda nacional poupada,  $k$  a relação capital - produto e  $\eta$  a taxa natural de crescimento ou taxa garantida de crescimento. Dado que tanto a poupança quanto a relação capital-produto eram exógenas, a ocorrência da única taxa de crescimento balanceado aceitável pelo modelo seria um evento de improvável incidência. Para contornar o problema levantado, os autores da teoria de Cambridge passaram a adotar a hipótese de que o volume de poupança era uma variável endógena do modelo, que poderia ser expressa como:

$$s = s_w \left( \frac{W}{Y} \right) + s_c \left( \frac{P}{Y} \right) = (s_c - s_w)\pi + s_w \quad (2)$$

Na qual  $s_w$  representa a fração da renda poupada pelos trabalhadores,  $s_c$  a parcela de renda poupada pelos capitalistas,  $W/Y$  a parcela dos salários na renda agregada, e  $P/Y$  e  $\pi$  a parcela dos lucros na renda agregada. Substituindo (2) em (1) e admitindo a hipótese de que os trabalhadores gastam toda sua renda e portanto  $s_w = 0$ , temos:

$$\pi = \frac{\eta k}{s_c} \quad (3)$$

---

<sup>2</sup> O modelo apresentado baseia-se em Oreiro (2005)



Multiplicando ambos os lados por  $Y/K$ , inserindo a variável  $r$  como a taxa de lucro  $P/Y$ , que por sua vez pode ser representado por  $(P/Y)(Y/K)$  e sabendo ainda que  $k = K/Y$ :

$$\eta = \frac{r}{s_p} (4)$$

Na qual podemos observar que a taxa de crescimento da economia depende da taxa de lucro e da fração de renda poupada pelos capitalistas, ou seja, o regime de acumulação da economia é *profit-led*. Mais além, segundo Kaldor, a propensão a poupar dos capitalistas possui características assaz distintas da propensão a poupar dos rentistas, pois os primeiros necessitam expandir o *market-share* de suas empresas, e no longo prazo, a contínua expansão da parcela de mercado de uma firma só é viável se advir dos lucros retidos (Oreiro, 2005, p. 6). Por fim, o mecanismo da poupança forçada só poderia ocorrer no modelo de Cambridge pois este assume a flexibilidade de preços, advindo do conjunto de suas características a associação com tal mecanismo.

Outros autores isolados são apontados pelos trabalhos da área de utilizarem o mecanismo da poupança forçada em suas análises, indicando que esta seria uma opção viável para o crescimento. No campo da análise econômica voltada para os países em desenvolvimento, a literatura aponta que Lewis, com seu trabalho com as economias duais acreditava que, dado que os salários seriam determinados pelo setor de subsistência, uma ampliação do setor moderno propiciaria um aumento dos lucros e da poupança, e esta poupança seria capaz de ampliar o crescimento econômico (BASTOS E D'AVILLA, 2009, p. 7). No tocante ao pensamento de Lewis, Moraes (1991) defende que:

"Na aplicação da teoria keynesiana à área do desenvolvimento econômico surgiram várias propostas favoráveis ao uso de políticas inflacionárias como modo de financiar o investimento público. Lewis (1955) discutiu e sugeriu tais políticas" (MORAES, 1991, p. 5).

Na mesma defesa, Ellis (1958) afirma que:

"[...] quase não há necessidade de salientar o grande número de simpatizantes ou defensores ativos da inflação, mesmo entre economistas profissionais. Pode-se citar, como um dos representantes desta corrente de pensamento, o professor Arthur Lewis" (ELLIS, 1958, p. 5)

Ao analisar a relação entre poupança investimento, Trubek (1971), indica outro autor que, a despeito de não ser latino-americano, segundo Trubek, analisava a problemática do desenvolvimento dos países mais pobres e identificava-se com a defesa do processo inflacionário: Werner Baer. Segundo o autor, Baer defendia o que ele chamava de "estratégia inflacionária", pois dado o grau de desenvolvimento do mercado financeiro do Brasil, a inflação era o meio mais eficiente de promover o crescimento no curto prazo (TRUBEK, 1971, p. 19).

Em síntese, esta seção abordou brevemente, utilizando uma literatura de fonte secundária, a evolução da teoria econômica no que diz respeito ao papel da moeda na economia desde o embate acerca da neutralidade ou não desta ao papel da política monetária nos países subdesenvolvidas na visão de autores estrangeiros. Doravante trataremos, utilizando novamente fontes secundárias, do impacto de tais desenvolvimentos teóricos no pensamento econômico brasileiro e da CEPAL.

## 1.2. A TESE DA POUPANÇA FORÇADA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E DA CEPAL

Como apresenta Molloy e Fonseca (2013), os debates ocorridos no século XIX na Inglaterra, tanto entre os bulionistas e antibulionistas, que discordavam centralmente na questão da neutralidade ou não da moeda, quanto entre a *Currency School* e a *Banking School*, tiveram um significativo impacto na discussão no Brasil, materializado no embate entre os papelistas e metalistas na segunda metade do século XIX. Os metalistas, mais alinhados com o pensamento ortodoxo, defendiam que um aumento na oferta de moeda não alterava o nível de atividade e que a prioridade da política econômica deveria ser a estabilização monetária. Os papelistas por sua vez, surgem, como aponta Fonseca (2004), como um grupo precursor dos desenvolvimentistas<sup>3</sup>, por

---

<sup>3</sup> Segundo Bielschowsky (1995) o desenvolvimentismo pode ser definido como a ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado. O autor ainda divide os desenvolvimentistas em três grandes correntes: a do setor privado com posição antiliberal e desenvolvimentista, cujo principal expoente era Roberto Simonsen, o setor privado que posicionava-se contra a existência de estatais, representado pelo pensamento de Roberto Campos e o setor público nacionalista, tendo como exemplo os trabalhos de Celso Furtado. Em consonância, Fonseca (2004) aponta que a despeito de definições díspares, o desenvolvimentismo emergiu como um guia de ação com um núcleo duro composto da defesa a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento e c) do nacionalismo.

possuírem como preocupação central o nível da atividade econômica e acreditando que os problemas no balanço de pagamentos não deveriam ser enfrentados com políticas restritivas, mas com mais crescimento, defendendo, portanto, a tese de que a política monetária tinha impacto nas variáveis reais da economia.

Deslocando-se para além do conceito de que a oferta monetária pode ter efeitos reais, isto é, para a tese de que esta poderia mais além, ser utilizada também para promover a inflação e consequentemente a poupança forçada, vários são os autores apontados pela literatura secundária de incorporarem em seus trabalhos a eficácia deste mecanismo para promover o crescimento. Scherer (2007) e Bastos e Pereira (2006), por exemplo, apontam para quatro autores que utilizariam a tese da poupança forçada em suas análises: Aníbal Pinto, Carlos Lessa, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. No segundo trabalho, na realidade, todo o pensamento desenvolvimentista e estruturalista<sup>4</sup> é apontado como campo de influência do pensamento de Cambridge:

"A teoria da distribuição de Cambridge foi muito influente no pensamento estruturalista e desenvolvimentista na América Latina. Esta visão é, em parte, responsável pela idéia, sustentada por diversos autores, de que o processo de desenvolvimento das economias latino-americanas teria como consequência inevitável a tendência à inflação e à concentração de renda." (BASTOS e PEREIRA, 2006, p. 6)

Como a doutrina da poupança forçada não leva em conta o papel da demanda efetiva, ao introduzir este conceito em seus trabalhos, Maria da Conceição Tavares teria rompido com a tese de Cambridge, segundo Bastos e D'Avilla (2009), sendo essa a mudança teórica principal da chamada Escola de Campinas, de acordo com os autores.

Esta associação do pensamento estruturalista com a aceitação de uma tendência à concentração de renda e à defesa da inflação como método de estimular a poupança tem perpassado por anos na literatura. Franco (2005), como já citado na introdução deste trabalho, aponta que a raiz do chamado "inflacionismo" - que consistia em enxergar funcionalidade na inflação, poderia ser encontrada no estruturalismo e no desenvolvimentismo. Franco (2005) cita abertamente Carlos Lessa, Celso Furtado e

---

<sup>4</sup> De acordo com Palma (2008) o estruturalismo pode ser definido como um método de se alcançar o conhecimento científico, constituindo-se uma alternativa ao positivismo e ao dedutivismo. Tal método toma como um objeto de investigação um sistema e a interação das partes constituintes deste, ao contrário de analisar-se diferentes partes isoladamente. Em economia, o Estruturalismo é identificado principalmente com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

Raul Prebisch como autores identificados com o inflacionismo. Suzigan e Lewis (2006), por sua vez, apesar de não indicarem se concordam com a assertiva, apontam que:

*"The main policy instruments associated with ECLA developmentalism were exchange control (often manifest in multiple exchange rates that gave preference to the manufacturing sector), protectionism (non-tariff barriers to trade and exchange regulations were employed in conjunction with, sometime in preference to, discriminatory duties) and forced savings. [...] Inflation was the main, but not the exclusive, mechanism of forced savings" (LEWIS e SUZIGAN, 2000).*

Já Taylor, Bacha e Lysy (1980) escreveram, a respeito da relação entre o crescimento e a distribuição de renda: *"For many years Latin American economists of structuralist persuasion have stressed that rapid economic growth is likely to be associated with increasing income inequality, for a variety of reasons"* (TAYLOR, BACHA e LYSY, 1980).

A literatura aponta, entretanto que Taylor e Bacha desenvolveriam eles mesmos um modelo em que o crescimento estaria associado à má distribuição de renda: o conhecido modelo de Belíndia, desenvolvido em 1976. O modelo seria feito para um país industrializado e rico como a Bélgica, mas com um setor de subsistência muito grande como a Índia (SCHERER, 2007). Os autores demonstram que, no caso de um país com tais características, o crescimento necessariamente levaria à uma piora na distribuição de renda. Não obstante, o mecanismo utilizado não seria a redução do salário real por causa da inflação, mas sim variações no nível do emprego. Apesar de não utilizarem no modelo de Belíndia o mecanismo da poupança forçada através da queda do salário real, segundo Cardoso (1979), Taylor havia desenvolvido um modelo no qual os gastos do governo eram financiados com emissão monetária e havia concluído em seu trabalho que um governo autoritário poderia utilizar a inflação para alterar a distribuição de renda contra a classe trabalhadora e acelerar o crescimento econômico (CARDOSO, 1979, p. 3).

O modelo de Belíndia, desenvolvido em 1974 por Taylor e Bacha, evidentemente retratavam o Brasil e sua intensa disparidade de renda agravada pelas políticas do regime militar. Os idealizadores de política econômica do governo autoritário, com a estabilização às custas do arrocho salarial, foram como esperado, acusados na literatura de defenderem o aumento dos investimentos com a poupança forçada dos trabalhadores. Segundo Mantega (1997), estes eram "ideólogos do

desenvolvimentismo autoritário brasileiro", por herdarem o pensamento de que era necessário o aumento da poupança para propiciar o investimento e consequentemente, o crescimento (GANEN, 2011, p. 9).

Ainda no campo político, Bresser-Pereira (1990), por exemplo, associa o mecanismo da poupança forçada com a agenda da direita após 1960, mas com a esquerda política entre 1930 e 1960:

"Curiosa ou significativamente essa estratégia da esquerda não promovia a distribuição de renda. O nacionalismo, o desenvolvimentismo, o protecionismo, a prioridade ao mercado interno, a poupança forçada realizada pelo Estado e sua aplicação seja no subsídio às empresas privadas eram pontos básicos da esquerda, mas favoreciam fundamentalmente a acumulação privada. Isso explica como foi possível que essa estratégia, a partir dos anos 60, deixasse de ser esquerda para ser a estratégia da própria direita latino-americana" (BRESSER-PEREIRA, 1990, p. 6, grifo próprio).

Uma literatura alternativa tem como defensores do mecanismo da poupança forçada um grupo mais limitado do que a esquerda ou direita política em geral: uma parcela da corrente desenvolvimentista do setor privado, mais especificadamente, na Confederação Nacional da Indústria. Bielschowsky (1995) defende que gerou-se na CNI a única formulação brasileira da tese da poupança forçada como mecanismo adequado de financiamento do desenvolvimento econômico.

A idéia dos autores da Confederação, segundo Bielschowsky, seria permitir que o processo inflacionário financiasse o desenvolvimento até que a poupança voluntária substituísse a poupança forçada, recaindo o ônus do investimento inicial sobre os trabalhadores. Segundo o trabalho, o principal autor da tese foi João Paulo de Almeida Magalhães. A opinião é compartilhada por Souza (2005), quem aponta que Magalhães acreditava que a economia, ao contrário do pensamento liberal, não estava no pleno emprego, e portanto, a mão-de-obra desempregada poderia encontrar emprego produtivo a partir de novos investimentos financiados pela inflação.

Ainda na questão do pensamento da corrente desenvolvimentista do setor privado, Saretta (2010), ao analisar o porta voz da CNI, o mesário Desenvolvimento e Conjuntura, mais especificadamente, a reação do empresariado ao Plano de Estabilização Monetária - PEM, em 1968, também conclui que havia uma defesa explícita do mecanismo inflacionário como promotor do crescimento econômico. Os trabalhos do Desenvolvimento e Conjuntura demonstrariam a opinião de que bastava a

poupança para que a economia crescesse, e criticavam o "distributivismo", pois o aumento dos salários acima do custo de vida teria como efeito a diminuição do investimento. Segundo Saretta, os autores do mesário buscavam respaldo de sua tese nos trabalhos de Prebisch, que segundo ele, também justificava e aceitava a inflação para o desenvolvimento (SARETTA, 2010, p. 19).

A diminuta revisão bibliográfica apresentada neste capítulo nos possibilita prontamente indicar ao menos sete autores específicos e duas correntes de pensamento, ademais da esquerda política, da direita política do Brasil e do empresariado em geral ligado à CNI, que teriam incorporado de alguma forma a tese da poupança forçada em suas análises econômicas: Aníbal Pinto, Carlos Lessa, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raúl Prebisch, Edmar Bacha, João Paulo de Almeida Magalhães e por fim, os desenvolvimentistas e os estruturalistas, cabendo chamar atenção ao fato ainda de que estes últimos são apontados em alguns trabalhos desacompanhados de ao menos uma parca definição. Partindo destas considerações, os próximos capítulos desta dissertação dedicam-se a analisar, utilizando a leitura primária da obra de Celso Furtado, Raúl Prebisch e João Paulo de Almeida no ínterim 1949-1964, a relação apontada por tais autores entre a superação do subdesenvolvimento, a poupança e o processo inflacionário.

## **CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO ACERCA DA INFLAÇÃO**

Celso Furtado afirmou em 1964 que "Durante os três últimos decênios a industrialização tem se apoiado, persistentemente, na conjugação destes dois vetores: substituição de importações e transferência de recursos provocados pela inflação" (FURTADO, 1964, p. 119). Dada a importância atribuída pelo autor ao processo inflacionário no Brasil, este primeiro capítulo tem como objetivo principal delinear a evolução pela qual passou o pensamento deste acerca da inflação no país.

O trabalho divide-se em cinco seções. A primeira seção apresenta a visão histórica de Furtado acerca da evolução da inflação no país, materializada em sua divisão do processo em três grandes "ondas inflacionárias". A segunda seção aborda as consequências apontadas pelo autor do aumento do nível de preços na economia, tanto seu papel negativo quanto seu papel positivo no desenvolvimento.

A terceira seção procura listar as causas estruturais da inflação expostas por Celso Furtado ao longo de seus trabalhos: diversificação da procura mais rápida do que a diversificação da oferta, situação da agricultura no país, a escassez de poupança e a limitada capacidade para importar. A seção analisa também os determinantes usuais da literatura que Furtado defendia que não eram causas da inflação à época no Brasil, como o aumento dos salários acima da produtividade. A seção apresenta ainda um componente citado pelo autor como um mecanismo propagador da inflação, que é a luta de classes.

Dado que Furtado assumia que era possível existir um processo de desenvolvimento sem inflação no Brasil, a quarta seção aborda os determinantes que atuaram para que este cenário, desenvolvimento com estabilidade, não se concretizasse no país. A quinta seção procura, utilizando o Plano Trienal, delinear as principais diretrizes de um programa de estabilização idealizado por Furtado, tendo como base sua peculiar interpretação do processo inflacionário no Brasil.



## 2.1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NO BRASIL

Em seu trabalho de 1954, Furtado ressaltou que existia uma tendência histórica na economia brasileira de aumento do nível de preços, tendência esta que refletia o processo pelo qual o setor exportador transferia para o conjunto da coletividade as suas perdas em períodos de recessão ou superprodução, sendo tal processo a desvalorização da moeda nacional (FURTADO, 1954, p. 177 e FURTADO, 1959, p. 313). Tal ideia já havia sido apresentada pelo autor também em seu artigo de 1950, ficando claro que a inflação não relacionava-se apenas ao processo de industrialização. Em seu livro de 1954, Furtado descreve de forma incipiente uma periodização mais específica da economia brasileira com respeito à inflação, o que ele chamaria mais tarde de ondas inflacionárias, estas sim, relacionadas apenas ao processo de desenvolvimento industrial. Em seu trabalho de 1950, "Características gerais da economia brasileira", ele reconhece apenas a segunda onda, e algumas de suas principais características. Somente em seu trabalho de 1961, ele expõe a versão desenvolvida de sua divisão histórica em três grandes ímpetus dados ao nível de preços: a primeira onda inflacionária com a crise de 1929 e a consequente resposta do governo, a segunda nos anos 1940 e a terceira em meados da década seguinte. Furtado as qualifica como as etapas de pressão inflacionária incontíveis, isto é, as etapas que o desenvolvimento processava-se paralelamente à uma pressão para o aumento dos preços. O mecanismo pelo qual tal desenvolvimento afetava o nível de preços segundo Furtado será apresentado com mais detalhes na quarta seção.

A primeira onda constituiu-se no início da década de 1930 a partir da tentativa de preservar a renda no setor cafeeiro, através da compra maciça de excedentes de produção e de uma grande desvalorização cambial. Entre 1930 e 1931 o mil-réis desvalorizou-se em 55% (ABREU, 1989a). Em seu trabalho de 1964 Furtado complementa seu argumento, discorrendo que a inflação adveio da maneira pelo qual o Governo financiou a estocagem de café, a emissão de papel-moeda, política possível dado que em 1930 houve o abandono da adoção do padrão-ouro. Segundo o autor, a renda real, cuja redistribuição a inflação provocou, foi ela mesma criada pela inflação. A renda concentrou-se em benefício do setor industrial dado o aumento do preço relativo



destes bens, face à dificuldade para adquirir os produtos da indústria importados<sup>5</sup> e pela manutenção do nível da demanda. Ademais, o governo permitia acesso a insumos relativamente baratos. O produto industrial cresceu 10% ao ano entre 1932 e 1939 e a participação das importações na oferta total caiu de 45% em 1928 para 20% em 1939 (ABREU, 1989a).

A segunda onda tem seu início na economia de guerra, dada a grande pressão sobre os equipamentos existentes para a produção tanto voltada para o mercado interno quanto para o mercado externo, e se expande até o começo da década de 1950. A política monetária foi moderadamente apertada entre o fim de 1938 e 1939, entretanto, houve uma reforma monetária em 1942 e o déficit público, antes financiado através de emissão de títulos passou a sê-lo por emissão primária (ABREU, 1989a). Furtado (1954) chama a atenção ainda para a peculiaridade do cenário no país, dado que a guerra encontrou, diferentemente dos outros países em recessão, uma economia já em crescimento, cujo esforço de guerra levou à uma utilização muito mais intensa da capacidade produtiva do país. Em seu trabalho de 1954 Furtado faz um paralelo ainda entre a primeira onda e a segunda, onde nesta última a fixação da taxa cambial, impedindo a valorização da moeda que seria resultado do acúmulo de reservas do período de guerra, foi em essência a mesma política da década de 1930 de compra dos excedentes de café, dado que em ambas intentava-se proteger o setor exportador.

Com o final da guerra, Furtado (1961) argumenta que houve uma política de portas abertas às importações, utilizando um câmbio sobrevalorizado, pois prevalecia o ponto de vista de que a industrialização se vinha fazendo de forma desordenada e antissocial e era necessário por fim aos seus "excessos". Vianna (1989) ressalta ainda que o câmbio foi mantido sobrevalorizado pois, de acordo com a crença generalizada de que o setor externo havia sido importante fonte inflacionária do período de guerra, acreditava-se possível fazer política de estabilização monetária reduzindo as reservas em dólares, através de saldos negativos na Balança Comercial.

Entretanto, a política de moeda valorizada, segundo Furtado, permitiu que as reservas líquidas das indústrias valorizassem em termos de dólares e com isso, a renda

---

<sup>5</sup> Em 1931 o governo adotou o monopólio cambial do Banco do Brasil, ou seja, todos eram obrigados a vender seus cambiais de exportação ao Banco do Brasil, que utilizava a moeda estrangeira para adquirir importações essenciais, como compras oficiais e pagamentos do serviço da dívida pública (Abreu, 1989a).

do setor industrial e o aumento dos investimentos neste setor. Essa onda de inversões encontrou uma infra-estrutura de serviços básicos desgastada e insuficiente. Os serviços básicos haviam sido construídos para atender à economia de exportação e não foram adaptados para a nova estrutura econômica do país. Somou-se à esta pressão inflacionária a melhora dos preços do café no mercado internacional em 1949. O mecanismo pelo qual esta melhora nos termos de troca afetou o nível de preços é descrito por Furtado já em seu trabalho de 1954. O aumento da rentabilidade do setor exportador, somado ao controle de importações imposto em 1947, refletiu-se em um aumento da demanda por produtos industriais nacionais. Com o aumento da demanda, os empresários recorriam aos bancos em busca de empréstimos para inversões, que por sua vez, concediam créditos a partir da emissão de papel-moeda. Furtado concluía então que a rapidez com que se propagava a inflação refletia em grande parte a forma de operação do sistema bancário (FURTADO, 1954, p. 183 e FURTADO, 1959, p. 319). Se este negasse aos industriais o crédito solicitado, estariam assegurando a redistribuição de renda em benefício do setor exportador (FURTADO, 1954, p. 184 e FURTADO, 1959, p. 320).

Como podemos observar, diferentemente da primeira, a segunda onda inflacionária operou no sentido de redistribuir uma renda real não gerada por ela mesma, mas sim advinda do setor exportador. A inflação, em ambas as situações apresentou-se como a consequência do fato de que foi criado um fluxo de poder de compra dentro da economia sem uma contrapartida na oferta de bens e serviços (FURTADO, 1954).

A primeira onda inflacionária e o início da segunda coincidem com o período que vai de 1930 até 1945 que Bielschowsky (1995) denomina de origem do pensamento desenvolvimentista. O autor define o desenvolvimentismo como a ideologia de transformação da sociedade brasileira, que possui como pontos principais a visão de que a industrialização seria a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, e que tal estrutura produtiva não seria alcançada pela simples conjugação das forças de mercado, sendo necessária a intervenção estatal. Dado que, segundo o autor, tal período abarca um período de gênese<sup>6</sup> do desenvolvimentismo, o eixo central da

---

<sup>6</sup> A despeito de Bielschowsky ter trabalhado com uma periodização onde a gênese do pensamento desenvolvimentista se dá nos anos 1930, Fonseca (2004) defende que alguns dos elementos que permeavam tal pensamento já estavam presentes desde o Brasil Imperial.

política econômica do primeiro governo de Vargas teria ainda uma orientação básica marcadamente ortodoxa. O desenvolvimentismo só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 1950. A preocupação de Vargas com estabilidade e equilíbrio das contas públicas também é defendida por Fonseca e Mollo (2013), que dissertam que, apesar do governo ter lançado mão de políticas monetárias expansionistas, à época existia deflação e o aumento dos preços decorrente da expansão monetária não era temido.

O fato de que neste período não havia ainda um esforço industrializante intencional é também abordado por Furtado, que afirmou, acerca da década de 1930:

"A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podia suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda" (FURTADO, 1959, p. 283, grifo próprio).

A terceira onda toma lugar em meados da década de 1950, advinda da aceleração dos investimentos nos setores básicos. Furtado afirmava que havia uma tendência ao sobreinvestimento nos setores de bens de menor essencialidade, que somada à falta de investimentos no setor de infra-estrutura e bens de capital, fazia o país se assemelhar à um organismo que havia crescido desproporcionalmente. A opção de meados da década de 1950 foi a manutenção do nível do crescimento e foco no investimento nestes setores atrasados. Entretanto, a falta de iniciativa do setor privado, deixou à responsabilidade do governo a consecução dos investimentos, que na ausência de financiamento mais adequado, decidiu executá-los mediante emissão primária.

Furtado acreditava em seu trabalho de 1961 que esta teria sido a última fase que o desenvolvimento pressionaria o nível de preços, pois não seria condicionado à capacidade para importar: "Após a grande expansão da indústria de bens de produção no último quinquênio, pode-se assegurar que a economia brasileira aproximou-se do grau de diferenciação necessário para que seu desenvolvimento dependa basicamente de fatores endógenos" (FURTADO, 1961, p.222). Entretanto, em seu trabalho de 1964

o autor mostrava-se menos otimista com o resultado dos investimentos feitos durante o governo Juscelino Kubitschek: "O esgotamento dos fatores que sustentaram o processo de industrialização ocorreu, aparentemente, antes que a formação de capital alcançasse a necessária autonomia com respeito ao setor externo".

Em seu livro de 1964, Furtado faz ainda uma comparação entre a inflação do tipo que se operou nas ondas, que redistribuiu a renda gerada por ela mesma ou no setor exportador, com um outro tipo de inflação, que operou sobre a renda preexistente, porém no sentido de anulá-la. Este tipo de mecanismo se processou por meio dos empréstimos dos bancos oficiais à taxas algumas vezes negativas, empréstimos estes alimentados por emissão de papel-moeda, que eram feitos tanto aos industriais quanto às atividades agrícolas e comerciais. Furtado enxergava nestes empréstimos uma maneira de elevar o lucro do sistema em detrimento do consumo das massas, e exatamente por isto, levou à reação destas e à uma espiral de custos e preços. Esta espiral processou-se em alguns períodos em concomitância com os demais estímulos ao crescimento, e quando houve o decréscimo da taxa de aumento do produto, tornou-se um processo estéril onde cada classe tentava manter sua participação no produto nacional: "A partir do momento em que os termos do intercâmbio começaram a piorar, a inflação perdeu a sua última fonte onde podia alimentar-se sem provocar uma espiral de preços e custos" (FURTADO, 1964).

Cabe ainda comparar o processo pelo qual o desenvolvimento industrial se deu no país e o paralelo que é feito por Celso Furtado em sua obra de 1961 com respeito aos países desenvolvidos. Na seção "O modelo clássico do desenvolvimento industrial", o autor destaca que o processo nos países ricos se deu, diferentemente do Brasil, através da baixa dos preços dos produtos industriais:

"Viveu-se a primeira etapa do desenvolvimento industrial, basicamente, nesta revolução operada na oferta, que se traduz numa firme baixa dos preços de certo número de mercadorias. Foi através do efeito-preço que atuaram os mecanismos tendentes a destruir um número cada vez maior de segmentos da velha estrutura econômica de base artesanal" (FURTADO, 1961, p. 150).

Com base no fato de que no Brasil, o processo de desenvolvimento industrial se deu em concomitância com um aumento persistente do nível de preços, a próxima seção procura delinear as implicações apontadas por Furtado da inflação sobre diversos aspectos da vida social e econômica do país.

## 2.2. IMPLICAÇÕES DO PROCESSO INFLACIONÁRIO

### 2.2.1. IMPLICAÇÕES POSITIVAS

A despeito de defender que não havia nenhuma razão pelo qual o desenvolvimento não pudesse ser processado sem a pressão inflacionária, Furtado reconhecia abertamente o papel desempenhado pela inflação, na falta dos mecanismos adequados de financiamento das novas inversões<sup>7</sup>:

"Não vem ao caso discutir se teria sido possível a industrialização sem a inflação aberta dos últimos três decênios. O que interessa observar é que, nas condições em que se processou o desenvolvimento - sem uma adequada percepção do que estava ocorrendo, por parte das classes dirigentes, sem a ajuda de uma política coerente -, a inflação resultou ser condição necessária da industrialização. Houvesse predominado uma mentalidade de "estabilização", ligada à atitude mental prevalecente voltada para a restauração do velho modelo de país exportador de produtos primários, e o Brasil teria encontrado dificuldades ainda muito maiores para abrir-se o caminho da industrialização" (FURTADO, 1961, p. 217)

Outra implicação positiva da inflação pode ser encontrada ainda em seu trabalho de 1950. Ao descrever como a economia brasileira estava encerrada em um ciclo de estagnação e como no final do século XIX quatro fatores atuaram para interromper este ciclo, cita a inflação de crédito e a expansão do circulante, como dois destes fatores. Em conjunto com os demais elementos, estava aberta para o autor uma nova etapa de desenvolvimento (FURTADO, 1950, p. 7).

Ao apresentar também as ondas inflacionárias, dissertava que ao menos na primeira, a renda real disponível no país seria menor do que efetivamente fora pois a totalidade da nova renda real havia sido gerada pela própria inflação. O autor também defendia que a taxa de crescimento de uma economia era diretamente relacionada com a taxa de inversões nesta, sendo a taxa de investimento também diretamente relacionada com o coeficiente de poupança da sociedade. A inflação cumpria um papel exatamente aumentando este coeficiente de poupança, como Furtado disserta no Plano Trienal: "A importância da pressão inflacionária, antes assinalada, está em que aumentando o grau de ocupação dos fatores, ela também eleva o coeficiente de poupança interna, permitindo assim que se intensifique o crescimento" (PRESIDÊNCIA

---

<sup>7</sup> A literatura atual denomina o efeito pelo qual a inflação pode influenciar positivamente o investimento, e consequentemente o produto, de efeito Mundell-Tobin (Edwards, 2006).

DA REPÚBLICA, 1962, p. 79). Entretanto, trechos adiante Furtado mostra novamente sua preocupação em substituir esse mecanismo: "Torna-se indispensável encontrar uma alternativa para as emissões de papel-moeda como técnica de captação de recursos" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 81).

A inflação, além de aumentar o coeficiente de poupança, colaborava ainda para o aumento dos investimentos através do barateamento das importações de bens de capital, assaz necessários nos estágios iniciais e intermediários do desenvolvimento econômico. Apesar da importância dada ao investimento na economia, Furtado reconhecia também com bastante ênfase que o processo de desenvolvimento não se processaria, por definição, sem o aumento do consumo das massas: "É indispensável que uma parte substancial do incremento do produto se transforme em renda disponível para o consumo, em mãos da população. Para que prossigam as inversões, é necessário que cresça o consumo" (FURTADO, 1961, p. 99).

Em seu trabalho de 1961 ele também reforça a ideia de que apenas a concentração de renda não era capaz de dinamizar o crescimento: "A concentração de renda em comunidades de baixa produtividade não conduz a processos cumulativos de crescimento e sim a situações estáticas de desigualdade entre os padrões de consumo dos grupos sociais" (FURTADO, 1961, p. 90). O papel especial dado ao consumo para a retroalimentação do processo de desenvolvimento não permite enquadrar o autor em um defensor do mecanismo de poupança forçada. Apesar de em seu trabalho de 1952 ter afirmado que o Brasil possuía uma grande margem potencial de poupança esperando por formas compulsórias de captação, baseado em suas críticas ao padrão de consumo dos grupos de mais alta renda no país e aos impostos regressivos que incidiam sobre os mais pobres, podemos inferir que esta margem de poupança potencial não era aquela possuída pelos grupos de menor poder aquisitivo, e sim pela elite brasileira.

Não obstante a inflação ter operado no sentido de transferir recursos em favor dos setores mais dinâmicos, Furtado reconhecia que tal processo inflacionário também não havia sido o fator primário do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1964a, p. 123). Ademais, ainda em seu trabalho de 1954, ele ressalta em uma seção denominada "Condições particulares em que a inflação teve efeitos positivos", que a experiência de outros países latino-americanos mostrava que somente o processo inflacionário não era

capaz, sozinho de aumentar a capitalização de forma persistente e efetiva. No caso do Brasil, ele dissertou: "Atribuir à inflação um aumento de capitalização da magnitude do que teve lugar no Brasil entre 1948 e 1952 é uma simplificação grosseira do problema que em nada contribui para esclarecê-lo" (FURTADO, 1954, p. 174 e FURTADO, 1959, p. 311). Os frutos da primeira onda, onde a renda havia sido gerada pela própria inflação, tinha seus limites, e foi necessário a alta dos preços do café para continuar o processo de inversões: "Não fosse o forte aumento da capacidade para importar, motivado em fins de 1949 pela alta dos preços do café, aquele ponto de saturação teria sido alcançado no Brasil em níveis mais baixos de capitalização que o atingido em 1951-52" (FURTADO, 1959, p. 313).

Em síntese, Furtado reconhecia o importante papel desempenhado pela inflação como mecanismo financiador dos novos investimentos, entretanto, defendia também que somente o processo inflacionário não era capaz de dinamizar o crescimento de forma sistêmica e contínua. Ademais, tal processo só se fazia sentir de forma positiva ao longo do tempo em alguns cenários específicos, utilizando a América Latina como um exemplo de que somente a inflação não era capaz de promover o desenvolvimento econômico. Furtado ainda criticava sobremaneira a ausência de um mecanismo de financiamento no Brasil que não dependesse do processo inflacionário, e apontava com frequência as implicações negativas da inflação sobre a estrutura social e econômica.

## 2.2.2. IMPLICAÇÕES NEGATIVAS

A implicação mais negativa da inflação, sem dúvida, era a desigualdade de renda gerada por ela. Além desta desigualdade, Furtado reconhecia que ela gerava disparidades regionais. No Plano Trienal o autor disserta que:

"A intensificação das desigualdades regionais tem sido, em grande parte, uma consequência da inflação. Tendo as regiões mais pobres, como o Nordeste, um saldo de exportações para o exterior, a política de câmbio, durante um período, e em seguida a política seletiva de importações, representaram um mecanismo de transferência de renda contra essas regiões" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p.77)

Além das desigualdades de renda e regionais, o autor também apontava para o fato de que a inflação distorcia a eficiência dos investimentos. Em seu trabalho de 1958 o autor ressalta ainda que a inflação tinha como consequência o aumento das inversões especulativas, a "criação de uma deformação psicológica tanto nos homens



de empresa quanto na população em geral" e que tal inflação tendia a se transformar em um fenômeno crônico (FURTADO, 1958b). O autor apontava também que a inflação induz a "ampliar os lucros comerciais, a descapitalizar e desorganizar os serviços de transporte e a impossibilitar a criação de estímulos adequados capazes de impulsionar a produção de alimentos" (FURTADO, 1958a, p.16).

Furtado também demonstra sua preocupação com um aumento demasiado da taxa de inflação no Plano Trienal, reconhecendo seus efeitos deletérios na economia: "Tal pressão [a que ocorreria caso o governo efetivasse todos os seus gastos planejados] levaria o país inexoravelmente à uma hiperinflação, com risco de paralisação de toda a atividade econômica" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, p. 46).

Apesar de reconhecer que alguns grupos sociais estavam realmente sendo submetidos à um sacrifício efetivo, dado o processo inflacionário, Furtado enxergava as pressões sociais que estavam presentes no início da década de 1960, não eram produto da desigualdade de renda, mas sim consequência de uma causa um tanto distinta: a dessemelhança entre as expectativas criadas pelo desenvolvimento no conjunto da população e o limitado acesso permitido aos frutos do desenvolvimento (FURTADO, 1962a, p. 40). Como é extensamente abordado pelos autores que tratam a temática, apesar dos efeitos negativos da inflação, Furtado também acreditava que as políticas de estabilização não podiam contornar o problema de forma definitiva, dado que as raízes eram, até fins da década de 1950, estruturais. As raízes estruturais por trás do processo inflacionário serão abordadas na próxima seção. Ademais, Furtado acreditava que:

"Aqueles que transformam o problema da inflação em um fim não estão preocupados com o desenvolvimento, e sim com os riscos que a estrutura social e seu sistema de privilégios podem correr frente à tensões provocadas pela inflação" (FURTADO, 1962a, p.45)

Por fim, acreditar que as raízes eram estruturais não eliminava, entretanto, a necessidade de políticas monetárias em alguns casos, como ele disserta em 1958: "O objetivo central de um programa preliminar, no campo monetário, deveria ser contribuir para eliminar este estado crônico de inflação". Como veremos também nas duas últimas seções, Furtado acreditava ser assaz necessário uma reforma do sistema financeiro.



## 2.3. AS CAUSAS ESTRUTURAIS DA INFLAÇÃO

### 2.3.1. A DISPARIDADE ENTRE OFERTA E DEMANDA, A REDUZIDA CAPACIDADE PARA IMPORTAR E A INSUFICIÊNCIA DA POUPANÇA

Boianowsky (2012) afirma que Furtado foi o provavelmente o primeiro a apontar a relação entre a persistência da inflação e o novo padrão de desenvolvimento do país, em seu artigo de 1952, e que suas ideias básicas acerca da temática já estavam moldadas neste ano. Furtado resume sua teoria acerca da relação entre a inflação, a disparidade de crescimento da oferta e da demanda, a capacidade de importação e insuficiência da poupança:

"Na realidade, desde o momento em que as importações crescem além da capacidade para importar, pode-se afirmar que as inversões ultrapassaram a poupança e, portanto, que existe uma situação inflacionária. Como será necessário reduzir, de alguma forma, as importações para reequilibrar o balanço de pagamentos, se dirá que essa medida e o desequilíbrio que a determinou são consequências da situação inflacionária. Esse raciocínio deixa de lado o aspecto fundamental do problema, que é a impossibilidade de que a oferta cresça e modifique sua composição automaticamente com a expansão e de acordo com a mudança de composição da demanda. Sempre que as exportações (considerada constante a relação de intercâmbio) não cresçam paralelamente com a procura de importações, o processo de crescimento criará desequilíbrios, que se manifestam em excedente de produção interna e em saldos desfavoráveis no balanço de pagamentos. Esses desequilíbrios vão sendo corrigidos com atraso e quase sempre de forma dolorosa. E isso contribui para dificultar a política de estabilização e para tornar a inflação inseparável do processo de desenvolvimento" (Furtado, 1952, p. 28).

O fato de que "esses desequilíbrios vão sendo corrigidos com atraso e quase sempre de forma dolorosa" apontava para Furtado a saída para o desenvolvimento com estabilidade interna: o planejamento. Para o autor, era necessário prever com antecedência as linhas gerais para as quais a demanda iria se diversificar, e direcionar os investimentos para estes setores. Para a consecução deste objetivo, era necessária a presença do Estado, para guiar a iniciativa privada e promover a oferta de bens nos setores em que esta não mostrasse interesse. No campo da política monetária, Furtado defende que:

"Os objetivos da política monetária, na programação do desenvolvimento são, em essência, captar da melhor forma possível a poupança que o sistema está gerando e orientar, através do crédito, esta poupança dentro da ordem de prioridade estabelecida no programa" (FURTADO, 1964b).

Apesar de Craven (1994) defender que na CEPAL a teoria estruturalista acerca da inflação só passou a ser desenvolvida a partir de 1953, sendo encarada antes como um fenômeno monetário, inferimos do trabalho de Furtado que tal autor já possuía uma teoria que levava em conta as causas estruturais que interferiam na estabilidade interna da economia antes disto. Arndt (1985) vai além de Craven ao afirmar que a teoria estruturalista da inflação na América Latina surgiu somente em 1956, a partir da experiência chilena (Arndt, 1985). O autor vincula ainda o trabalho a Juan Noyola Vazquez:

*"Credit for the first formal statement of the structuralist theory of inflation is due to a Mexican economist, Juan Noyola Vazquez, who in an article published in a Mexican journal in 1956 argued that, specially in underdeveloped countries, inflation is not a monetary phenomenon but the result of interaction between two factors, "basic inflationary pressures" due to structural rigidities and the "propagation mechanism" of competing income claims accommodated by monetary expansions" (ARNDT, 1985, p. 4).*

Na realidade, além de Furtado ter desenvolvido sua teoria acerca da inflação ainda no início da CEPAL, em sua autobiografia ele aponta que foi justamente a análise das causas da inflação no país que o levou a construir uma teoria acerca do desenvolvimento econômico que incluísse os componentes estruturais do sistema: "A teorização a partir do enfoque estruturalista surgiu inicialmente na abordagem do problema da inflação" (FURTADO, 1997, p. 39, nota de rodapé).

Além, a despeito de suas ideias básicas estarem formadas em seu artigo de 1952, em seu trabalho de dois anos antes Furtado já havia associado o processo inflacionário com a persistente piora nas relações de troca, embora também destaque que "essa preeminência do fator de ordem externa, a longo prazo, não exclui, entretanto, a atuação independente de fatores internos em períodos curtos" (FURTADO, 1950, p.1). Outra característica já presente em seu trabalho é a concentração da poupança nos países desenvolvidos: "Relaciona-se com a estrutura mesma do sistema de divisão internacional do trabalho, o qual tende a concentrar a capacidade de poupança nos centros de maior potencial econômico" (FURTADO, 1950, p.1).

Segundo Furtado, a pressão sobre o balanço de pagamentos tendia a agravar-se nos estágios intermédios e avançados do desenvolvimento econômico, dado que tais estágios demandam mais investimentos e tais inversões apresentam um coeficiente de importações maior do que o consumo. O autor também defendia que:

"Qualquer tentativa para elevar a taxa de inversões que não seja acompanhada de uma orientação dos novos recursos invertidos cria um desequilíbrio interno entre a estrutura da oferta e a composição da procura, desequilíbrio que se transfere para o Balanço de Pagamentos caso as taxas de câmbio sejam fixas, ou que se traduz em elevação do nível interno de preços, caso exista uma situação de controle de câmbios" (FURTADO, 1961, p. 202).

Furtado argumentou, no Plano Trienal, que a tendência para o aprofundamento do desequilíbrio monetário no quinquênio 1957-1961 decorria das maiores modificações estruturais exigidas por um desenvolvimento mais intenso e da ausência de uma política que pudesse prever e orientar estas modificações (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962). Furtado também relacionava este aumento das pressões inflacionárias com a insuficiência da poupança:

"A produção dentro do país de uma parcela crescente dos equipamentos destinados aos distintos setores produtivos está exigindo um apreciável esforço de financiamento interno. Como os equipamentos anteriormente importados já o eram com seu financiamento, cumpre substituir não somente o bem antes importado, mas também a poupança externa que permitia financiá-lo. Explica-se assim, que se haja intensificado o processo inflacionário" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 61).

Em seu trabalho de 1961, ao fazer uma revisão das diferentes escolas de pensamento acerca do processo de acumulação e desenvolvimento, Furtado cita um autor, Wicksell, que ao que indica, parece ter influenciado esta sua visão acerca da relação entre o nível de preços e a insuficiência da poupança. O autor disserta que Wicksell foi o primeiro a desqualificar a Lei de Say, dividindo a procura global em investimento e consumo, e demonstrando que a inflação era resultado da disparidade entre os níveis de poupança e investimento. Apesar desta relação, Furtado também argumenta que mesmo um esforço crescente de poupança poderia acarretar uma taxa de crescimento do produto menor, na presença de pressões inflacionárias, pois estas diminuía a eficiência dos investimentos. A solução para o autor era aumentar a capacidade para importar e/ou aumentar a eficiência através da planificação, demonstrando mais uma vez a inter-relação entre estes componentes da problemática.

### 2.3.2. A AGRICULTURA

Nos primeiros trabalhos de Furtado, a questão agrícola não aparece como uma causa do processo inflacionário. Entretanto, em seu trabalho de 1958 o autor defende que:

"A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país [...] A incapacidade da agricultura para responder a uma procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui uma verdadeira mordalha ao desenvolvimento industrial. Com o aumento do número de assalariados urbanos, o preço dos alimentos tende a aumentar" (FURTADO, 1958, p. 15).

Mais além, o problema era agravado pois, quando havia aumento dos gêneros de exportação, os fatores de produção se deslocavam da agricultura de abastecimento interno para o cultivo dos exportados: "Assim, ao mesmo tempo que a renda dos consumidores está crescendo, a oferta de produtos agrícolas dentro do país tende a contrair-se por efeito daquele deslocamento de fatores" (FURTADO, 1959, p. 321). Trechos à frente, Furtado também defende que:

"Existe assim, no setor primário da economia brasileira um mecanismo de ampliação dos desequilíbrios provenientes do exterior. Essa observação põe mais uma vez em evidência as enormes dificuldades com que depara uma economia como a brasileira para lograr um mínimo de estabilidade no seu nível geral de preços" (FURTADO, 1959, p. 322).

Encontrar na questão agrícola uma causa da inflação assemelha o autor ao pensamento socialista da época, que também acreditavam que a insuficiência da oferta de gêneros alimentícios possuía um caráter inflacionário, da mesma forma que ao pensamento liberal de Eugênio Gudín, que enxergava a inelasticidade da produção das lavouras uma das causas da instabilidade (BIELSCHOWSKY, 1997). Entretanto, como destacado na seção acerca das consequências negativas da inflação, Furtado acreditava que esta diminuía o estímulo adequado à produção de alimentos, sendo portanto, a situação da agricultura causa e consequência, em certa medida, do processo inflacionário.

Apesar da questão agrícola pressionar o nível de preços, ao abordar a problemática Furtado apresentava uma preocupação muito maior com a questão da pobreza que a baixa produtividade no campo acarretava para a população rural. O

autor afirmava que o desenvolvimento não se realizaria se não fosse permitido aumentar o acesso aos frutos do crescimento tanto pelas massas urbanas e rurais, além de apontar também para a disparidade que existia entre os salários reais na manufatura e na agricultura.

### 2.3.3. AUMENTO DOS SALÁRIOS, O CONSUMO DAS MASSAS E A LUTA DE CLASSES

Não obstante também de afirmar que existia uma baixa produtividade na agricultura, Furtado defendia que esta produtividade, tanto no setor agrícola como na manufatura foi maior do que o aumento dos salários reais. Dado isto, o autor não enxergava no aumento de tais salários uma pressão inflacionária: "Ora, existe ampla indicação de que nos últimos dez anos a produtividade aumentou mais que os salários reais, tanto na agricultura como nas indústrias, e isso não parece haver contribuído para reduzir a pressão inflacionária" (Furtado, 1958b, p. 256). Outro elemento que não causava a inflação para o autor era a elevada taxa de consumo entre os grupos de rendas elevadas, embora esta tornasse a economia mais vulnerável ao processo inflacionário. Para ele, este nível de consumo era, na realidade, parcialmente causado pela inflação:

"É verdade que uma alta taxa de consumo, entre os grupos de elevadas rendas também contribui para que o sistema seja mais vulnerável ao desequilíbrio inflacionário. Contudo, essa elevada taxa de consumo também é parcialmente determinada pela própria inflação, razão pela qual não se pode fazer dela a causa última do desequilíbrio" (FURTADO, 1958b, p. 256).

Ao observar a segunda onda inflacionária no Brasil, Furtado declarou que "a inflação é fundamentalmente uma luta entre os grupos pela redistribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior deste fenômeno" (FURTADO, 1954, p. 181 e FURTADO, 1959, p. 317). O mecanismo pelo qual o setor industrial absorveu o aumento da renda no setor exportador, o crédito bancário, foi descrito na seção dois. Posteriormente, o mecanismo da luta de classes como um propagador da inflação também fica evidente no tipo de onda inflacionária que ocorreu em concomitância com as últimas duas ondas, que era resultado do aumento do crédito não só para o setor industrial, mas para toda a classe que recebia lucros, em

detrimento dos trabalhadores assalariados. Furtado dizia que este tipo de onda incitava o início de uma espiral de preços e salários.

Ao abordar a questão da luta de classes, Furtado também apresenta um novo conceito, o de inflação neutra, que segundo Boianovsky (2012) carrega em si uma noção incipiente de inflação inercial. Tal inflação teria lugar em um cenário onde todos os agentes desenvolvessem mecanismos que preservassem sua renda real mediante a introdução de um desequilíbrio no sistema (FURTADO, 1954, p. 179 e FURTADO, 1959, p. 315). Entretanto, o autor ressalta também que o termo inflação neutra deve ser utilizado com uma ressalva, pois a inflação só é neutra passado um determinado período de tempo, quando todos os agentes tivessem chegado à situação de distribuição de renda inicial. Uma inflação absolutamente neutra operaria em um cenário em que todos os preços aumentassem ao mesmo ritmo e simultaneamente (FURTADO, 1954, p. 180 e FURTADO, 1959, p. 316).

#### 2.4. OS DETERMINANTES QUE ATUARAM PARA QUE O DESENVOLVIMENTO NÃO SE PROCESSASSE COM ESTABILIDADE INTERNA NO BRASIL

Na seção anterior procuramos apresentar os determinantes estruturais que atuaram no sentido de levar a economia à uma situação de instabilidade interna. Entretanto, para Furtado, seria possível o desenvolvimento com estabilidade, desde que houvesse um planejamento, como também já destacado anteriormente: "O processo de substituição de importações, inseparável do desenvolvimento na fase atual da economia brasileira, não se pode realizar sem pressão inflacionária, a menos que a economia seja submetida a um planejamento capaz de antecipar as modificações estruturais" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 61).

Apesar de ser possível crescer sem instabilidade interna, é de disseminado conhecimento que o processo não se operou desta maneira. Em seu livro de 1961 resumiu sua ideia básica da raiz da inflação no Brasil: "A causa última da inflação não esteve no desenvolvimento, e sim na ausência de uma política autêntica de desenvolvimento" (FURTADO, 1961, p. 223). Além, ao longo de seus trabalhos, o autor procurou diagnosticar problemas intrínsecos principalmente à gestão governamental que a impedia de cumprir com êxito este seu papel de planejadora, e portanto, de promover o desenvolvimento com estabilidade monetária. Por exemplo, em seu artigo

de 1958, o autor reconhecia que apesar dos problemas de desequilíbrio serem específicos à etapa de desenvolvimento por que passava o país, existiam fatores que atrasavam as inversões em determinados setores: a falta de experiência e de capacidade técnica e financeira e também o temor à concorrência das grandes organizações (FURTADO, 1958, p. 11).

A respeito desta ausência de planejamento como nos moldes do autor e sua relação com a inflação Furtado também afirmou que:

"Face à ausência de uma clara tomada de consciência pelas classes dirigentes dessas novas funções que cabiam ao poder público na fase de transição em que se encontrava a economia, os investimentos infraestruturais foram realizados de forma mais ou menos improvisada, numa corrida de obstáculos que se sucediam. Essa insuficiência e desconexão dos investimentos infraestruturais criaram tensões que aumentaram a vulnerabilidade da economia à inflação. [...] Investimentos de vital importância para o país e da responsabilidade do poder público - nos setores da energia e siderurgia, por exemplo, careceram por muito tempo de uma adequada programação financeira, dependendo de ocasionais adiantamentos do Banco do Brasil" (FURTADO, 1964a, p.129)

Tal argumento do autor, de que inexistia uma consciência clara das novas funções do Estado, complementa sua teoria de que a industrialização foi um subproduto da política de defesa da renda do setor agroexportador, e só em uma etapa superior do desenvolvimento do parque industrial o Estado voltou-se para o objetivo de defender tal indústria. As classes dominantes não tinham consciência do novo papel do Estado pois eram ligadas às atividades agroexportadoras:

"Ora, a estrutura política do país, favorecendo a permanência dos grupos ligados aos interesses agrário-exportadores nas posições de liderança, dificultava a ascensão de elementos representativos das novas forças em progresso e mais capacitadas para captar a nova realidade" (FURTADO, 1961, p. 223)

Citamos também anteriormente o papel atribuído por Furtado à política monetária, que deveria ser responsável por captar a poupança do sistema e orientá-la para as inversões previamente definidas no planejamento econômico. Entretanto, o autor enxergava que o sistema bancário no país era um entrave para a atuação de forma eficaz desta política: "Sem o trabalho preliminar de saneamento do sistema bancário seria ilusório querer transformá-lo em um instrumento efetivo de política econômica" (FURTADO, 1958b, p.260). Foi a ausência deste sistema bancário eficiente na captação de recursos que forçou o governo a financiar seus investimentos de forma



inflacionária, através da emissão de papel-moeda. Quando chamado à definir um programa de estabilização monetária, Furtado apontou tal déficit orçamentário conjuntamente com a diminuição da capacidade para importar como as causas primárias da instabilidade interna.

É importante destacar que o autor não defendia que a participação do Estado no investimento era demasiadamente alta, e sim, que o problema encontrava-se exatamente na ausência de uma política de financiamento destes investimentos.

Em seu livro de 1962 o ressalta que "A causa fundamental da inflação não está em um aumento da participação do setor público no produto nacional, pois essa participação não é maior do que a de muitos outros países que gozam de estabilidade" (FURTADO, 1962a. p. 46). No Plano Trienal, o autor também defende o argumento, dissertando que o aumento da participação do Estado na economia era inerente à fase de seu desenvolvimento:

"Em face das modificações estruturais ocorridas na economia, com aumento rápido da urbanização e crescimento das indústrias pesadas, era perfeitamente natural que os investimentos infraestruturais aumentassem em termos relativos, exigindo-se do governo um maior esforço tanto na prestação de serviços como no processo de formação de capital. Cabia, portanto, esperar que ocorresse uma elevação da participação do setor público no total do dispêndio, à semelhança do ocorrido em todos os países em rápida industrialização" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 68).

Entretanto, Furtado defendia que as nações que passaram por um rápido processo de industrialização modificaram seu sistema de arrecadação de impostos, ao contrário do Brasil e de alguns países latino-americanos (BOIANOVSKY, 2012). A ausência de uma política de financiamento das inversões foi agravada também pelo fato de que ocorreu uma reforma que extinguiu uma fonte muito importante de renda do governo, que era a conta de ágios e bonificações sobre os itens importados (ABREU, 1989b). Este cenário demonstrava a incoerência interna que predominava à época, onde, ao mesmo tempo, a opinião pública cobrava do Estado que este desempenhasse suas funções ligadas ao desenvolvimento, mas negava à este os meios que necessitava para cumprir esta missão, por meio do Parlamento (FURTADO, 1962a, p. 42). A situação inflacionária, na ausência de crescimento econômico irrompia em tensões sociais, trazendo à época a necessidade de um novo plano de estabilização, dado que as tentativas anteriores não haviam obtido êxito.



## 2.5. O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ELABORADO POR CELSO FURTADO

Dado que o autor defendia que no campo das ciências econômicas era errôneo supor que todas as teorias poderiam ser universalizadas, principalmente quando tratava-se da aplicação em países subdesenvolvidos, quando foi chamado a delinear um programa de estabilização, decidiu por um caminho distinto daquele recomendado pelo FMI. Boianovsky (2012) ressalta que Furtado foi o primeiro a implementar um programa de estabilização na América Latina que utilizava o arcabouço teórico do estruturalismo, apesar da transição da teoria para as políticas efetivas ter sido problemática. Enquanto o órgão internacional defendia a utilização no país de um "tratamento de choque", Furtado optou pelo que ficou mais tarde conhecido como "gradualismo" no combate à inflação. O programa elaborado por ele tinha como objetivo reduzir o aumento do nível dos preços dos 50% anuais em 1962, para 25% em 1963 e 10% em 1965. Entretanto, dado a peculiaridade que envolve projetar níveis de preços, o Plano Trienal abarcava as diretrizes apenas para 1963:

"No que respeita as condições de estabilização, entretanto, é indispensável trabalhar com base em períodos bem mais curtos anuais, trimestrais e algumas vezes mensais. As perspectivas de estabilização para 1964 somente poderão ser definidas quando esteja muito avançado o ano de 1963, a razão pela qual nos limitamos a considerar as condições de estabilização com respeito ao próximo ano. Do êxito que se obtenha no primeiro ano de execução do Plano, dependerá a política da estabilização a seguir nos anos subsequentes" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p.98).

Tal afirmação do autor nos permite refutar teses como apresentadas por Arndt (1985, p. 4) de que os estruturalistas latino-americanos acreditavam ser impossível refrear a inflação no curto prazo.

Ainda de acordo com a teoria de Furtado de que a inflação no Brasil era resultado da ausência de um financiamento e planejamento adequados para as inversões que haviam sido feitas, o autor encontrou principalmente no déficit do governo a causa da instabilidade no país, como afirmado anteriormente. Ao delinear suas políticas, optou por planejar uma diminuição progressiva deste déficit ao longo do tempo, em acordo com a diminuição gradativa da inflação. No artigo escrito por Celso Furtado para o jornal Última Hora, em dezembro de 1962, para apresentar o Plano Trienal, o autor ressaltou que "O financiamento dos gastos públicos foi esquematizado

de forma a reduzir a pressão inflacionária ao nível considerado conveniente" (FURTADO, 1962c). Na Introdução ao Plano, Furtado resumiu todos os objetivos do programa em dois grandes grupos de medidas: as primeiras, ligadas à orientação do processo de formação de capital e as segundas destinadas a tornar compatível o financiamento dos investimentos com os recursos de poupança efetivamente disponíveis (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 44)

O objetivo de reduzir progressivamente os déficits do governo condiziam com a orientação teórica do autor de que as políticas econômicas de estabilização monetária deveriam ser subordinadas às políticas de desenvolvimento econômico e social. Ainda no artigo escrito por Furtado para o jornal Última Hora, o autor critica o pensamento de que é necessário "parar a economia para consertá-la": "Cabe ao Fundo [Fundo Monetário Internacional] essa primeira tarefa de parar para conserto, devendo entrar em cena logo em seguida o Banco [Banco Mundial], que dará a mão ao convalescente, evidentemente caso este sobreviva à operação" (FURTADO, 1962c, p. 30). Já no próprio Plano Trienal Furtado destaca que "O declínio da taxa de crescimento seria, do ponto de vista social, bem mais negativo do que o desenvolvimento presente com todas as suas deficiências" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 78).

A subordinação da política de estabilização às políticas de desenvolvimento, não significavam, entretanto, que a política de controlar o nível de preços não era uma necessidade de caráter urgente na economia. Em seu discurso de posse, como ministro sem pasta para assuntos de Planejamento e Abastecimento, em 1962, Furtado declarou que "As maiores dificuldades terão de ser enfrentadas nas fases iniciais, em que medidas de curto prazo se impõem, mesmo antes que seja possível enquadrá-las em função dos objetivos de longo prazo" (FURTADO, 1962b, p. 34).

Alguns anos antes, em 1958, como ressaltado anteriormente, Furtado havia escrito que a inflação no Brasil não tinha como causa o aumento dos salários. Ao projetar o programa de estabilização, o autor ainda conservava esta mesma idéia, pois seu plano oficial de combate à inflação não incluía como causa desta o aumento dos salários (D'AGUIAR FURTADO, 2011, p. 7). Outra medida que não era defendida pelo autor, como ressalta Boianovsky (2012) era o congelamento de preços, dado que o processo inflacionário já estava ocorrendo e tal medida implicaria em ganhos de alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros, aumentando as já existentes

tensões sociais. O argumento pode ser encontrado nos trabalhos de Furtado de 1954 e 1959: "Em qualquer dia ou mês do ano existe um grupo que está na frente, na luta pela redistribuição de renda. Esse grupo seria o beneficiário da estabilização do nível de preços" (FURTADO, 1954, p. 180 e FURTADO, 1959, p. 317). Ademais, Furtado também não achava que a manutenção dos subsídios dados para a sustentação de alguns preços era uma política efetiva no combate à inflação:

"A fim de reduzir o déficit de caixa do Tesouro da forma programada torna-se indispensável, reduzir progressivamente os atuais subsídios ao consumo [...] Se o objetivo da defesa dos preços de trigo e dos derivados de petróleo foi reduzir a taxa de inflação, esse objetivo não foi atingido, de vez que as emissões de papel-moeda efetuadas para atender aos pagamentos dos subsídios tiveram certamente reflexo inflacionário maior do que o que se quis evitar" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 101).

Apesar de não defender o subsídio ao consumo, Furtado defendia a garantia de preços ao produtor agrícola. Na introdução do Plano, o autor disserta que "no caso da agricultura, a ação do governo é mais complexa, compreendendo pesquisa sistemática e difusão de seus resultados, bem como a garantia de preços que assegure ao produtor uma renda adequada" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p.45).

Furtado colocou como medidas de ações a fim de reduzir a inflação e manter o crescimento a elevação da carga fiscal, a redução do dispêndio público programado, a captação de recursos do setor privado no mercado de capitais e a mobilização de recursos monetários (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 97). Para o alcance destes objetivos, o autor propunha tanto reformas bancárias quanto administrativas. As reformas administrativas incluíam o planejamento. As reformas bancárias incluíam a criação de bancos especializados para financiar o setor agrícola, exportador e de produção de equipamentos, evitar a concentração de poder econômico e a apropriação pelo sistema de ganhos inflacionários (TAVARES, 2008). Em relação ao financiamento do déficit, Furtado defendia que fosse ampliada a faculdade de emissão de obrigações do Tesouro Nacional (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p.100). Quanto à política de crédito, este deveria aumentar no mesmo ritmo do incremento do produto (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 102).

A necessidade de um sistema bancário que permitisse a canalização da poupança para os investimentos, defendida por Furtado e já citada, era compartilhada à época por outros autores influentes, como Eugênio Gudin e Roberto Campos. Gudin

acreditava que, apesar de sua orientação liberal, o aperfeiçoamento de um sistema financeiro era uma medida de caráter estrutural necessária para o Brasil (BIELSCHOWSKY, 1995). Roberto Campos foi, juntamente com Octávio Bulhões responsável pela reforma financeira que ocorreu em 1964.

Furtado também colocava como causa da inflação à época, como citado anteriormente, o declínio da capacidade para importar. O autor disserta que "quanto mais lento o crescimento da capacidade para importar, mais rápido terá de ser o processo de substituição de importações. Portanto, mais complexo o planejamento, maior o risco da pressão inflacionária" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 80). A recomendação do autor para esta área era um resolutivo esforço de aumentar o volume de exportações e a programação cuidadosa do processo de industrialização, para não pressionar o balanço de pagamentos mais do que o necessário. Apesar disto, Furtado tinha uma visão otimista a partir de suas projeções das importações e exportações, concluindo que o saldo destas últimas seriam suficientes para cobrir o volume de importações necessárias. Os empréstimos se destinariam a cobrir os encargos financeiros externos do Brasil. No caso também de diminuição dos investimentos externos projetados, poderia diminuir-se o coeficiente de importações, intensificando a produção de bens de capital nacional. Furtado também tinha uma visão otimista da capacidade que o setor havia logrado. Segundo o autor "a indústria nacional de bens de produção dispõe de capacidade e de potencialidades que poderiam ser mais intensamente exploradas em situações especiais" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 110).

É importante ressaltar, por fim, que muitas das diretrizes traçadas por Furtado para o Plano Trienal não foram implementadas, como a maioria das reformas bancárias, e algumas precisaram ser suspensas, como a eliminação dos subsídios ao consumo. Entretanto, foge ao escopo do trabalho detalhar como o plano foi efetivamente executado. Ademais, o programa reflete a visão do autor acerca do processo inflacionário no Brasil, no início da década de 1960, não sendo possível generalizar como um programa padrão sugerido por Celso Furtado para o combate à inflação, dado que tal autor era contra a universalização das recomendações de política econômica, como já dito anteriormente.

### CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO DE RAUL PREBISCH ACERCA DA INFLAÇÃO

Em seus trabalhos nos primeiros anos da CEPAL, Prebisch não abordou com muita ênfase a questão da inflação e seu papel na América Latina. Em seu artigo de 1952 por exemplo, ele afirma que o processo inflacionário era uma questão importante a ser abordada e planejava dedicar um capítulo a este tema, entretanto, não havia o feito no referido trabalho por questões de prazo. Foi só em sua obra de 1961 *"El Falso Dilema entre Desarrollo Económico y Estabilidad Monetaria"*, que o autor se dedica integralmente à análise do processo inflacionário. Ele também atribui a esta ausência de abordagem sistemática o fato de que estavam vinculando ao pensamento cepalino uma certa inclinação para inflação, inclinação esta que ele nega categoricamente.

Em seu livro de 1983 Prebisch divide a evolução de seu pensamento em cinco grandes fases (JAMENSON 1986, p. 2 e COUTO, 2007, p. 2). A primeira inicia-se em 1943 e vai até 1949, quando a base de seu pensamento estruturalista é formada, culminando com a publicação de seu famoso artigo de 1949 "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas". A segunda fase constitui-se da maturação das suas idéias e vai até 1959, enquanto a terceira abrange o período de 1959 a 1963, quando assume a Secretaria Geral da UNCTAD. Suas quarta e quinta fases compreendem, respectivamente de 1963 a 1969 e de 1969 até o ano de sua morte, em 1986. Enquanto a quarta fase compreende o período de engajamento de Prebisch no cenário internacional, na última o autor aproxima-se do pensamento marxista. Este trabalho compreende, portanto, a segunda, a terceira e o início da quarta fase do pensamento do autor, que abrange a maturação de suas idéias estruturalistas, o início da utilização de tal abordagem na problemática do processo inflacionário e o amadurecimento destas ideias no que concerne à inflação.

Apesar de não abordar de forma incisiva a questão do aumento crônico dos preços em seus textos de 1950, dado que é o período ainda de formação de abordagem do problema pela ótica estruturalista, muitos são os pontos que o autor trata, embora de forma isolada, que concernem à problemática. Desde 1949 o autor já acreditava por exemplo, que a política monetária tinha efeitos reais sobre a economia: *"Na realidade, todos os recursos da política monetária podem empregar-se, igualmente para o bem ou para o mal"* (PREBISCH, 1949, p. 44). Apesar também de ter afirmado

que em um momento anterior recomendava políticas de estabilização alheias à questão da estrutura, já em 1950 dava indícios de que o processo inflacionário não estava apenas relacionado à má gestão monetária: *"Estos hechos no son pues meros efectos de una cierta política monetaria: revelan antes bien raíces mucho más hondas"* (PREBISCH, 1950a, p. 42).

Dado estas questões, este capítulo apresenta a evolução do pensamento do autor acerca do processo inflacionário durante o período inicial da CEPAL, de 1949 à 1964, ressaltando o fato de que Prebisch não defende em nenhum momento a utilização da inflação como um meio de promover o desenvolvimento. O capítulo divide-se de forma similar ao dedicado a Celso Furtado, apresentando a primeira seção a análise histórica feita pelo autor acerca do processo inflacionário, a segunda as principais consequências da inflação sobre as economias subdesenvolvidas, a terceira, as causas da inflação na região e, por fim, as políticas recomendadas pelo autor para estimular a estabilidade monetária. É importante ressaltar também que, enquanto Furtado analisava apenas o Brasil, Prebisch foca sua investigação na América Latina como um todo, e suas recomendações, bem como diagnósticos, são construídos em um esfera geral, embora citando casos que constituem-se exceções e análises de políticas similares em contextos diferentes, assim como as distintas repercussões de tais políticas em seus cenários respectivos.

### 3.1. A INFLAÇÃO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA

Prebisch, assim como Furtado, também delineia três grandes fases pelas quais passa o processo inflacionário. A primeira dela consiste-se do momento em que a inflação permite a transferência de renda para os empresários e para alguns trabalhadores, os vinculados à sindicatos mais organizados. Neste primeiro momento a classe trabalhadora é beneficiada também pelo aumento do volume de empregos. Entretanto, nesta etapa, segundo o autor, não cria-se renda real pois não renovam-se os bens de capital, e a euforia gerada pela impressão do aumento da renda, dado o volume de distribuições, leva a diminuição do volume de reservas da economia.

A segunda fase constitui-se do aumento crescente das tensões sociais na economia, quando a ilusão do aumento da renda se dissipa. A terceira, por fim, se dá

através de penosos reajustes (PREBISCH, 1949, p. 30). Apesar disto, o autor ao analisar casos específicos, defende que a industrialização na Argentina na década de 1930 por exemplo, pôde desenvolver-se por poupança própria, sem precisar recorrer à fontes inflacionárias (PREBISCH, 1950b, p. 114). Ao abordar a questão do Brasil, acredita que o país era, ao contrário, o exemplo mais expressivo em que a inflação havia se convertido em um instrumento de desenvolvimento econômico, com muitas consequências indesejáveis (PREBISCH, 1950b, p. 130). Todavia, o autor acreditava que, se na década de 1930, não houvesse ocorrido uma grande desvalorização do câmbio com a consequente pressão inflacionária, repassando o problema apenas aos que obtinham sua renda na produção primária, as consequências teriam sido catastróficas (PREBISCH, 1950a, p. 63). É importante ressaltar este último ponto, pois o autor defendia enfaticamente o fato de que, por mais problemático que tenha sido o desenvolvimento da indústria na América Latina, este cumpriu seu importante papel de não só preservar, como aumentar a renda da região: "*Ese desarrollo hacía adentro ha cumplido ya su importantísimo papel: sin este proceso no habría podido elevarse el ingreso medio por habitante, que es ahora 60 por ciento superior al de 1930 en el conjunto de la América Latina*" (PREBISCH, 1963, p. 110).

Entretanto, apesar de também delinear etapas do processo inflacionário, ao contrário de Furtado, Prebisch vinculava a tendência persistente de alta dos preços unicamente às etapas de industrialização, e não acreditava que anteriormente houvesse tal tendência estrutural ao aumento dos preços, pois as crises monetárias ocorridas quando a Inglaterra era a principal economia do mundo eram frutos de má gestão financeira: "*No había ocurrido nada semejante en otros tiempos [...] Si hubo dificultades, no tenían origen estructural como ahora, sino que debían más bien a mala conducta financiera o a contracciones cíclicas de corta duración*" (PREBISCH, 1964, p. 236).

Prebisch é enfático ao afirmar que os problemas cuja América Latina estava enfrentando eram frutos primeiramente da tendência secular à deterioração aos termos dos termos de troca, mas também do fato de que os Estados Unidos possuía um coeficiente de importação muito menor que a Inglaterra possuía, em sua época de principal potência mundial. A situação foi agravada, obviamente, com a crise de 1929,



quando o autor afirma que os EUA diminuiram em 46% seu coeficiente de importados (PREBISCH, 1950a, p. 32). Ainda em 1950 o autor afirma que:

*"De todo esto se desprende que cuando el centro cíclico principal es poco sensible a los impulsos del exterior y tarda además un tiempo relativamente largo en devolverlos, ya se encuentre aquél o no en estado de plena ocupación, el desequilibrio provocado por el crecimiento económico conspira contra la estabilidad monetaria de los países en desarrollo, en virtud de la tendencia persistente del centro cíclico a atraer el oro de las reservas monetarias de aquéllos."* (PREBISCH, 1950a, p. 41, grifo próprio).

Prebisch acreditava que anteriormente o padrão-ouro pôde desenvolver-se sem dificuldades tanto pois o coeficiente de importação da Inglaterra era alto o suficiente (PREBISCH, 1950a, p. 45) tanto porque os sindicatos do centro possuíam menos poder: *"El movimiento favorable que en tiempos ya remotos experimentó la relación de precios del intercambio pudo haberse debido a que - siendo entonces mucho menor la aptitud de los centros para subir el nivel salarios - ocurriese un fenómeno parecido al que ahora se presenta en los países periféricos"* (PREBISCH, 1963, p. 133).

Segundo o autor, os países centrais também observavam em suas próprias economias a deterioração dos preços agrícolas em relação aos preços industriais, a despeito de serem capazes de manter os frutos do incremento da produtividade da indústria (PREBISCH, 1963, p. 133). Tal deterioração levava estes países a adotar políticas de proteção à sua própria agricultura, agravando ainda mais a situação dos países periféricos e forçando-os a adotar com mais intensidade as políticas substitutivas de importação, políticas estas, que adotadas da maneira que o foi na América Latina levou esta à apresentar cenários de inflação crônica. A próxima seção apresenta as consequências, de maneira geral, apontadas pelo autor do processo inflacionário em tais economias.

### 3.2. AS REPERCUSSÕES DA INFLAÇÃO

Como já dito anteriormente, o trabalho de Prebisch apresenta um certo grau de generalização no que concerne à América Latina como um todo. O fato de que, ao apresentar as etapas da inflação identificar na primeira fase apenas uma ilusão de aumento da renda, dada a redistribuição, já nos indica que o autor não acreditava que o processo inflacionário, no geral, pudesse ter efeitos capitalizadores persistentes. E mesmo quando Prebisch aponta para alguns efeitos positivos da inflação sobre



variáveis reais da economia, sua análise é permeada por advertências e indicações de que é uma política inadequada e antagônica em relação ao desenvolvimento econômico, entendido por ele como o aumento persistente do nível de vida da população.

Em seu trabalho de 1961, por exemplo, Prebisch admite a possibilidade de que em alguns países o crescimento da renda média tenha sido maior do que na ausência de inflação (PREBISCH, 1961b, p. 108). Entretanto, logo a seguir afirma que *"Pero ello no significa recomendar la inflación como alternativa a la estabilidad. Está no es incompatible con el desarrollo"* (PREBISCH, 1961b, p. 108). Ainda em seu trabalho de 1961 ele também afirma que, quando existe uma proporção elevada da população ocupada em atividades primárias, artesanais ou serviços não qualificados, a inflação pode ter efeitos capitalizadores persistentes, pois os sindicatos não tem poder para defender suas remunerações reais. Mas novamente ele lembra que esta seria uma política que *"se orienta en forma contrária a los objetivos sociales del desarrollo económico"* (PREBISCH, 1961b, p. 108).

São também apontadas outras sérias consequências negativas da inflação sobre a população trabalhadora em geral e suas repercussões na sociedade como um todo a partir daí. Ao citar os principais obstáculos para a execução de uma política de desenvolvimento eficaz o autor defende que *"La inflación es acaso el principal de estos obstáculos en buen numero de países"* (Prebisch, 1954a, p. 101). Ainda no mesmo artigo o autor defende que, a respeito do processo inflacionário: *"Sus efectos corrosivos son inquietantes y, si continua avanzando no se logrará establecer aquel grado de cohesión social sin el cual la preocupación por el desarrollo económico podría convertirse en mera actitud ideológica, con muy escasa significación practica"*. (PREBISCH, 1954, p. 101).

Ao afetar a massa de trabalhadores, Prebisch também acreditava que a inflação impedia que estas pudessem participar do processo de capitalização da economia através de seus incrementos de renda (Prebisch, 1961a, p. 59). Este último ponto deve ser destacado: Prebisch acreditava que a população poderia colaborar com a formação de capital da sociedade, entretanto, afirmava sempre que era com o acréscimo de sua renda, e além do mais, buscava no papel do capital estrangeiro uma alternativa a este tipo de política, bem como na taxaço do consumo das classes mais abastadas.

Prebisch também dissertava que, mesmo para os empresários de países onde a inflação possibilitou o aumento dos investimentos, no longo prazo ela levou à diminuição destes, dado que a concentração de renda resultante não aumentou a demanda efetiva de forma satisfatória (PREBISCH, 1954a, p. 38). Mesmo no curto prazo, a existência de inflação não era garantia de frutos benéficos: *"No es extraño, pues, que una intensa inflación de crédito pueda ir acompañada del aprovechamiento insuficiente de la capacidad productiva o traducirse en lento crecimiento del ingreso, si no intervienen medidas directas para modificar la composición de las importaciones"* (PREBISCH, 1961a, p. 24). Igualmente, a inflação atuava ainda sobre o nível de investimentos de forma negativa, dado que tendia, nos momentos de ascensão cíclica, e, portanto mais propícios ao investimentos, a distorcer os incentivos para tais inversões:

*"En ese momento crítico [o da baixa cíclica] suele aparecer a las claras la perturbadora impotencia de la inflación, y aun antes de ese momento es dudoso que la inflación pueda resultar un instrumento eficaz en la política de desarrollo. Esta política requiere un grado de previsión, tanto en lo que concierne a las actividades sustitutivas como a otras necesidades primordiales del desarrollo interno, y, en tiempos de facilidad exterior, la inflación tiene precisamente la característica de sofocar el sentido de previsión del futuro con el fácil disfrute del presente"* (PREBISCH, 1954b, p. 419, grifo próprio).

Análoga distorção causada pelo aumento de preços é a que resultava na dificuldade em distinguir a melhor alocação entre capital e trabalho, levando ao excesso de capital em alguns setores, os de empresários privilegiados pela inflação ou pelo excesso de proteção aduaneira (PREBISCH, 1950a, p. 71). Para ilustrar seu ponto de vista, o autor utiliza um exemplo numérico, apresentando duas alternativas para o mesmo investimento, um com menos capital e mais trabalho e outro com muito mais capital e menos trabalho. Prebisch coloca-se no lugar do investidor e conclui, que se tal indivíduo, privilegiado com rendas da inflação e do excesso de proteção, tivesse à sua disposição um volume muito grande de recursos, em situações de instabilidade monetária, preferiria investir na opção com muito mais capital dado que obteria um lugar relativamente mais seguro para investir seu excesso de recursos. Tal empresário não seria propenso a emprestar seu capital excedente exatamente por causa do cenário de instabilidade. É tal situação que leva, por sua vez, à descapitalização em setores assaz

importantes, mesmo que apresentem uma maior produtividade (PREBISCH, 1950a, p. 72).

Outra maneira citada pelo autor do processo inflacionário afetar negativamente mesmo a classe empresária, supostamente a mais beneficiada, é eventualmente a imposição de políticas restritivas que se fazem imperativas em um certo momento: *"Por un lado, [a inflação] aumenta exageradamente los beneficios de las empresas y, por otro, lleva a medidas que - aun cuando puedan justificarse por las circunstancias se consideran atentatorias a los intereses del capital privado"* (PREBISCH, 1954, p. 51).

Em relação aos agricultores, por sua vez, a inflação atuava de forma a sobrevalorizar o preço da terra, dado que em um cenário de instabilidade monetária a procura por bens que protejam a renda real dos indivíduos é maior, tornando a tarefa de aquisição de propriedades por pequenos produtores, que ajudaria a aumentar a produtividade do solo, muito mais árdua. (PREBISCH, 1963, ps. 70 e 71). Prebisch argumentava que, a despeito de existirem propriedades grandes que tinham uma produtividade razoável, o estímulo ao aumento de produtividade era relativamente menor nestas vastas extensões de terra e *"Si se efectúan racionalmente, la simple redistribución podrá tener por efecto el aumento de la productividad, pues dar más tierra a los que tienen poca a expensas de la tierra que no se explota - se explota mal - ofrece oportunidades inmediatas de incremento de la producción"* (PREBISCH, 1961b, p. 98)

No que concerne ao setor estatal, a inflação também apresenta suas resultantes negativas. Tal processo induz à dilatação dos gastos do governo, dado que este partilha, através da tributação, de uma parte do aumento dos lucros inflacionários dos empresários, levando à um problema não menos sério do que os demais: o aumento da proporção dos gastos governamentais em detrimento da formação de capital da sociedade (PREBISCH, 1949, p. 30 e 31).

O excesso de gastos fiscais, além de ser consequência da inflação também é causa desta, compondo um dos dois tipos de processo inflacionário que o autor aponta em seu artigo de 1954. O outro tipo de inflação seria aquela que fomenta o desenvolvimento econômico através do aumento das inversões dos empresários, e não atividades especulativas. Entretanto, nesta passagem fica distintamente claro que Prebisch não defendia a tese da poupança forçada. Seu argumento é o de que esta hipótese, a de que a inflação fomentava os investimentos pois os empresários

investiam seu excesso de renda, muito se distanciava da realidade latino-americana (PREBISCH, 1954b, p. 421). Ele cita por exemplo, o caso do México, onde o deslocamento de renda a favor dos grupos mais ricos permitiu multiplicar seu consumo em cerca de dez vezes, pouco modificando seu coeficiente de inversões, que era ao redor de 20% (PREBISCH, 1954b, p. 421 e 422). Ao citar o caso do Brasil, o autor apresenta os dados do relatório da Comissão Mista, que apontavam que as grandes empresas do país reinvestiam apenas cerca de 30% a 40% de seus lucros (PREBISCH, 1949, p. 29). Para o autor, este tipo de política induzia ainda à uma espiral de preços e salários, dado que os sindicatos, com exceção do caso já citado onde estes não tem poder suficiente, tentariam proteger suas rendas reais como resposta à inflação.

O autor não acredita então que, desde que a expansão monetária do governo não fosse maior do que os frutos do incremento de produção desta nova renda dos empresários, não haveria razão para dar continuidade ao processo inflacionário (PREBISCH, 1954b, p. 421). A expansão monetária depois de iniciada a espiral de preços e salários acaba sendo essencialmente apenas um elemento passivo no processo de inflação, a fim de evitar uma contração da atividade: *"En uno y otro caso los aumentos originarios de precios, seguidos por esas reacciones defensivas, desatan la espiral inflacionaria de precios y remuneraciones, y el instrumento monetario, ajeno a sus comienzos a este fenómeno, se ve forzado a acompañarlo con la expansión crediticia a fin de evitar una contracción de la actividad económica"* (PREBISCH, 1961a, p. 40).

Prebisch refuta ainda a tese de que eventuais perdas de renda real dos trabalhadores, se hipoteticamente a espiral inflacionária não se processasse, seriam compensadas posteriormente com aumentos de produtividade. Segundo o autor argentino, além deste aumento ser lento, dificultando a mensuração do tempo necessário para repor a renda real perdida, o desenvolvimento da América Latina se processava com transferência de mão-de-obra de setores de baixa produtividade para os de maior produtividade, inibindo os trabalhadores já ocupados nestes setores mais desenvolvidos de ter acesso pleno aos frutos do aumento da eficiência produtiva (PREBISCH, 1954b, p. 423).

Ao não permitir que os trabalhadores obtenham os frutos do aumento da produtividade a inflação também atuava de forma a perpetuar a estrutura social.

Prebisch afirmava que tal estrutura era um sério obstáculo ao progresso técnico e consequentemente ao desenvolvimento econômico e da sociedade em geral porque entorpecia a mobilidade entre as classes, impedindo a ascensão de homens de iniciativa, capazes de dinamizar o crescimento econômico (PREBISCH, 1963, p. 10). O problema da capacitação da mão-de-obra também é abordado por Prebisch em seu artigo de 1950, mostrando o quão insuficiente era a política inflacionária para o desenvolvimento, já que mesmo que a inflação pudesse prover recursos para a compra de maquinaria nova, não o faria no que concerne às aptidões necessárias para empregar os novos bens de capital e obter o mesmo nível de produtividade que o centro: *"La inflación puede dar súbitamente al empresario los recursos necesarios para adquirir esas maquinarias modernas, pero mal podría darle prontamente las aptitudes correspondientes, que son naturalmente de grado desarrollo"* (PREBISCH, 1950a, p. 75).

Outrossim, Prebisch também acreditava que a poupança forçada resultaria em problemas no balanço de pagamentos:

*"Desde otro punto de vista, la ingente cantidad de capital que sería necesaria, en esos países, para aumentar la densidad de aquél aun en el supuesto extremo de que fuera socialmente posible hacerlo y aconsejable extraer el ahorro necesario, mediante la inflación, plantearía problemas insolubles de transferencia al exterior.*

*En efecto, la mayor parte de los bienes de capital han de importarse del extranjero, y por más que se restrinja el consumo interno de la población, obligándola a ahorrar, las divisas provenientes de las exportaciones llegarían muy pronto a ser insuficientes para atender la demanda de esos bienes de capital, además de otras importaciones de carácter indispensable."* (PREBISCH, 1950a, p. 73)

É importante ressaltar, entretanto, que tal política, a de fomento através da expansão monetária, não apresentaria este tipo de repercussão nos países desenvolvidos, dado obviamente que eles são produtores de bens de capital (PREBISCH, 1950a, p. 74). Portanto, este é um ponto que concerne não só à má gestão política como a estrutura produtiva dos países. É bastante difundido o fato de que a CEPAL associava parte substancial dos problemas latino-americanos à questões concernentes à sua estrutura e posição em relação ao comércio exterior, sendo o crescimento das economias periféricas limitado pelo volume de exportações destas. Dado isto, e o fato de que existe a deterioração dos termos de troca entre produtos industriais e agrícolas, tais economias possuíam um limiar de crescimento muito baixo,

apresentando déficits no balanço de pagamentos sempre que crescessem além deste pequeno limite. Logo, desde o início de seus trabalhos Prebisch já advertia que tais déficits ocorreriam na presença ou não de inflação:

*"Sin embargo, como de los ingresos que antes se consumían y ahora se ahorran, solo una parte se gastaba en importaciones, según el coeficiente, y ahora se gasta el todo, el desequilibrio también ocurriría, aun en el caso de que la capitalización se realizara sin inflación"* (PREBISCH, 1950a, p. 12).

Prebisch critica ainda os defensores de que o estrangulamento externo é consequência da inflação ao defender que este tipo de posicionamento somente desviava a atenção das soluções fundamentais que problemas estruturais exigiam (PREBISCH, 1963, p. 17).

Um último ponto a ser apresentado é que, ao abordar o problema da inflação reprimida através da contenção de algumas tarifas e como tal repressão desestimulava o investimento, Prebisch apresenta a inflação também como origem de disfunções estruturais: *"Por donde se ve que la inflación en ciertos casos no sólo es la consecuencia de factores estructurales sino que se convierte en agente activo de desajustes estructurales"* (PREBISCH, 1961a, p. 51). A inflação ainda distorcia os efeitos das tarifas aduaneiras, tornando o planejamento do processo de industrialização por substituição de importações mais laborioso (PREBISCH, 1959, p. 485).

Prebisch acreditava que mais importante que as regras de boa conduta financeira que ditavam as coisas que não deveriam ser feitas, eram as políticas do que poderia ser feito para contornar a ampla gama de problemas pelos quais a América Latina passava (PREBISCH, 1964, p. 269). Dado isto, as próximas seções apresentam as medidas de contenção inflacionária indicadas por Prebisch. Antes, entretanto, é necessário analisar quais as causas apontadas pelo autor do processo inflacionário na região, diagnóstico que foi base para a elaboração de suas políticas anti-inflacionárias.

### 3.3. AS CAUSAS DA INFLAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NO PERÍODO ANALISADO

Em seu trabalho inicial de 1949 o diagnóstico do autor acerca do processo inflacionário é bastante influenciado pelo pensamento de Keynes, que acreditava que o estado de verdadeira inflação - quando qualquer tentativa de aumentar ainda mais o investimento fazia com que os preços tendessem a aumentar - era alcançado apenas



no nível de pleno emprego (Keynes, 1936, p. 137). Prebisch acreditava que *"A pressão considerável daquelas necessidades privadas e coletivas sobre uma quantidade relativamente escassa de recursos, não raramente traz consigo fenômenos inflacionários"* (PREBISCH, 1949, p. 28). Entretanto é importante ressaltar que ao contrário do pensamento liberal, representado por exemplo no Brasil por Eugênio Gudin, a inflação na América Latina não era causada pelo pleno emprego da mão-de-obra, e sim pelo pleno emprego do capital (BIELSCHOWSKY, 1995). Prebisch iria defender em seu artigo do ano seguinte que existia também uma tendência crônica à depreciação monetária na América Latina, com suas repercussões inflacionárias, como uma maneira de proteger o volume de divisas por causa da deterioração dos termos de troca (PREBISCH, 1950a, p. 63).

Apesar de acreditar nesta tendência crônica à depreciação, neste período inicial Prebisch ainda não havia delineado se a inflação era um processo inerente ou não ao desenvolvimento econômico de forma incisiva. Por exemplo, em 1950 afirma que: *"Hay que deslindar el fenómeno orgánico de desarrollo económico del fenómeno circunstancial de la inflación, para entender la realidad"*. Em sua análise do problema do Chile cita a inflação como um grande problema, mas não maior que o desequilíbrio externo, problema que o autor defende ser necessário *"deslindarse claramente del primero, a fin de evitar equivocadas inferencias. El problema del desequilibrio exterior, en efecto, es ajeno en su origen a la voluntad y conducta de Chile"* (PREBISCH, 1950, p. 132). Ao mesmo tempo, Prebisch ao analisar o problema do desequilíbrio externo no Brasil, que ele associava claramente à estrutura econômica, defende que *"El desequilibrio externo, provocado por el desarrollo económico tiene siempre manifestaciones monetarias"* (PREBISCH, 1950b, p. 130).

Além de apontar para manifestações monetárias advindas de problemas estruturais, Prebisch também apontava para alguns fatores não conjunturais que afetavam a inflação, como por exemplo, o fato de que os países latino-americanos tinham dificuldades de importar bens de capital dos Estados Unidos, sendo necessário recorrer à importação de países que subministrassem divisas, embora seus produtos fossem mais caros e de menor produtividade, afetando a inflação pelo lado dos custos (PREBISCH, 1949, p. 3). Outra pressão inflacionária já apontada pelo autor, era a advinda da grande propensão a consumir dado padrão de consumo imitativo das

classes mais abastadas e o também padrão de gastos imitativo dos governos da América Latina, que possuíam formas evolucionadas de defesa, requerendo um vultoso volume de gastos (PREBISCH, 1950a, p. 76).

Apesar de que na segunda metade da década de 1950 outros economistas além de Furtado começassem a estruturar suas abordagens estruturalista da inflação como Noyola e Sunkel, em geral, os trabalhos de Prebisch nesta meia década abordam ainda menos a questão inflacionária do que os da primeira metade. Sua atenção à problemática se volta no início dos anos de 1960 e sua tese se assimila então a dos autores supracitados, quando afirma:

*"El desarrollo económico exige continuas transformaciones en la forma de producir, en la estructura económica y social y en los módulos distributivos del ingreso. No realizar a tiempo esas transformaciones o haberlo hecho de un modo parcial e incompleto lleva a esos desajustes o tensiones que promueven la irrupción de fuerzas inflacionarias siempre latentes y muy poderosas en el seno de la economía latinoamericana".* (PREBISCH, 1961a, p. 10).

Páginas a frente o autor também defende que:

*"Hay inflación porque la economía es estructuralmente vulnerable, porque hay factores regresivos de distribución del ingreso, porque hay insuficiencia de ahorro para acelerar las inversiones, dada una determinada estructura económica y social"* (PREBISCH, 1961a, p. 14)

O fato de não se realizar da maneira e velocidade necessárias as transformações estruturais exigidas pelo desenvolvimento indica este sério problema correlacionado apontado na segunda citação: a insuficiência de poupança, que se faz mais aguda nos momentos de baixa cíclica, quando a tentativa de manter o nível de inversões anteriores leva a intensas pressões inflacionárias (PREBISCH, 1961, p. 11). Prebisch então correlaciona o problema da inflação com mais um fator estrutural que ele já havia dissertado sobre, que é a tendência de acumulação da poupança nos centros: *"Al no bajar los precios en los grandes centros conforme aumenta en ellos la productividad, y al subir más los ingresos, la mayor capacidad de demanda y ahorro se desenvuelve solamente en dichos centros"* (PREBISCH, 1950a, p. 59). Apesar disto, o autor defende que nos períodos de alta cíclica, quando o volume de poupança disponível é maior, a inflação é causada pela debilidade dos bancos centrais (PREBISCH, 1961, p. 12).



Neste mesmo artigo de 1961, Prebisch define ainda dois tipos de inflação, com distintas causas e repercussões: a inflação de gastos e investimentos e a inflação de custo. Segundo o autor, o processo inflacionário da primeira natureza advém da inflação que faz subir primeiro os preços por causa do aumento da demanda e posteriormente leva ao aumento das remunerações dos trabalhadores, a fim de restabelecer o nível de renda real. Prebisch argumentava que este era o tipo de inflação tradicional na América Latina, ou inflação monetária, que corresponde simplesmente ao excesso de demanda (PREBISCH, 1961a, p. 12 e 13). Em tal tipo de transcurso a espiral inflacionária era desencadeada apenas quando os empresários, ao invés de aceitarem perder suas remunerações dilatadas pela inflação, recorrem à expansão creditícia e trasladam aumentos aos preços (PREBISCH, 1961a, p. 14). Neste sentido, é importante ressaltar que Prebisch, decompondo a inflação em duas categorias, também acreditava na existência de inflação monetária na economia latino-americana, ainda que autores como Couto (2007) afirmem, sobre o pensamento do autor: "Prebisch discorda desta posição [a de que a estabilização exigia taxas mais baixas de crescimento do produto], afirmando que era possível conseguir estabilidade com crescimento, dado que a inflação da América Latina não era causada por fenômenos monetários, mas sim por fatores estruturais" (Couto, 2007, p.9, grifo próprio).

Já a inflação do segundo tipo era, como preconizado no trabalho de Couto, intrínseca aos problemas estruturais das economias latino-americanas, bem como ao fato já citado de que as mudanças estruturais exigidas pelo desenvolvimento não eram feitas da forma ideal. Segundo o autor, este tipo de inflação, ao contrário da segunda que carregava em si o reajuste das remunerações reais dos trabalhadores, possuía um forte componente regressivo no que concerne à distribuição da renda. Três eram os principais elementos de caráter estrutural que traziam consigo o aumento dos preços: o custo da substituição de importações, o encarecimento dos produtos agrícolas e o movimento da relação de preços de intercâmbio (PREBISCH, 1961a, p. 41). Segundo Prebisch, o alto custo dos produtos produzidos internamente pela indústria eram resultados dos seguintes componentes:

*"a) las sustituciones han debido improvisarse en circunstancias críticas, sin que se haya seguido un criterio razonable de economicidad; b) la estrechez de los mercados nacionales obliga a incurrir en costos excesivos de sustitución y c) el proceso sustitutivo ha adquirido amplitud desmesurada por no haberse*

*establecido paridad de condiciones entre las actividades sustitutivas y las actividades de exportación" (PREBISCH, 1961a, p. 43).*

Quanto ao aumento dos preços advindos dos problemas agrícolas, estes tinha como raiz o regime de propriedade da terra, pois o regime prevalecente na maioria dos países era um obstáculo à tecnificação e conseqüentemente ao aumento da produtividade na agricultura. Outros fatores eram o supracitado custo da substituição de importação, dado que parte significativa dos insumos e as máquinas agrícolas provinham da indústria e, por fim, o aumento mais débil da produtividade na agricultura do que nos outros setores. Este último deve-se ao fato de que reajustes nos salários, por exemplo, na indústria, tendem a ser repassados à agricultura. O terceiro fator estrutural que causava a inflação, a deterioração dos termos de troca, afetava a primeira pois tornava mais aguda a necessidade de substituição de importações, com seus efeitos nos custos internos (PREBISCH, 1961a, p. 45).

Apesar de citar estes três elementos que causavam a inflação de custos, associada à estrutura, Prebisch afirmava que nem todos os aumentos de custos que davam mais impulso à espiral inflacionária eram de origem estrutural. Segundo o autor, o principal destes aumentos de cunho conjuntural era a forma como se cobriam os serviços sociais, que não eram compensados nem pelo aumento da produtividade nem pela diminuição dos lucros dos empresários. Prebisch argumentava que este tipo de atividade social levava à diminuição do consumo das massas em prol do consumo de tais atividades, com o agravante de que a extensão destas últimas era menor do que as primeiras, dado o gasto com a administração do serviço social. Mais além disso, a distribuição dos benefícios era feita em proveito dos grupo com maior poder de negociação, e não por necessidade (PREBISCH, 1961, p. 110).

Já dissemos anteriormente também que a inflação do segundo tipo, a de custo - advinda da forma incompleta com que se processava as mudanças estruturais, não trazia consigo o reajuste das remunerações e, portanto, apresentava um caráter regressivo. Prebisch vai mais além em suas críticas ao processo de industrialização de importações em processo e sua relação com a piora na distribuição de renda e com a inflação. Uma de suas principais críticas se dirige ao excesso de proteção e as práticas restritivas de concorrência derivadas de tal excesso:

*"Aparte las consecuencias desfavorables que ello tiene en la utilización de los factores productivos del país, estas prácticas limitativas de la competencia tienen efectos regresivos en la distribución del ingreso y favorecen, por lo tanto, las reacciones inflacionarias"* (PREBISCH, 1961a, p. 48)

A crítica também não se dirigia apenas às práticas concernentes ao setor industrial, mas também àquelas prevalentes no comércio, principalmente as práticas ineficientes de distribuição (PREBISCH, 1961a, p. 48) Outro fator que alimentava a espiral inflacionária segundo o autor era a tributação dos produtos de consumo popular:

*"En materia tributaria, el aumento de impuestos sobre los consumos populares suele traer consecuencias inflacionarias. Esos impuestos constituyen generalmente una proporción importante del conjunto de gravámenes, y ello se debe a dos razones fundamentales: de un lado el carácter regresivo del sistema tributario, por no gravarse en medida adecuada el consumo de los grupos de altos ingresos o ser considerable la evasión impositiva; de otro, la estrechez de la base tributaria que, debido precisamente a precariedad del desarrollo, hace inevitable recurrir a gravámenes sobre los consumos populares"* (PREBISCH, 1961a, p. 48 e 49).

Um último fator que causava a inflação foi apontado por Prebisch em 1961 e retomado também em sua obra de dois anos depois: o aumento insuficiente da produtividade e conseqüentemente do crescimento. Segundo o autor, quanto mais fortalecida a classe trabalhadora, maior será a pressão para o aumento dos salários reais, e se o nível da produtividade não permitir tal aumento, a pressão levaria indubitavelmente ao aumento do processo inflacionário (PREBISCH, 1961b, p. 109). A tendência ainda era a intensificação do processo: *"Nunca ha sido tan intensa como hasta ahora la presión de las masas para conseguir mejoras efectivas en su nivel de vida y constituirá en los años por venir un factor creciente de tensiones"* (PREBISCH, 1964, p. 231). Prebisch também chamou a atenção para o fato de que o pessoal empregado desnecessariamente nas administrações públicas e privadas, que não produziam bens e serviços, faziam pressão sobre o volume existente de produtos acabados, dando alento a espiral inflacionária (PREBISCH, 1963, p. 85).

Dado que a análise das causas da inflação é a esfera onde fica mais proeminente a evolução pelo qual passou o pensamento do autor, até ser enquadrado na chamada teoria estruturalista da inflação, cabe aqui elucidarmos um pouco mais o assunto antes de analisarmos as políticas sugeridas por Prebisch para combater a inflação, qualificando adequadamente o que consiste a teoria estruturalista da inflação.

Canavese (1982) elenca três fundamentos basilares de tal teoria, tanto do pensamento latino-americano quanto da teoria estruturalista européia:

*"Accordingly structural inflation theory is based on three main elements: (1) relative prices that change when economic structure changes, (2) downward inflexibility of (some) money prices, and (3) a passive money supply closing the deflationary gap caused by price increases"* (CANAVESE, 1982, p. 1).

Analizamos anteriormente que Prebisch já havia no início da CEPAL adotado a ideia de que os preços relativos entre produtos agrícolas e industriais se modificavam, tanto por causa de fatores da demanda, dado mudanças na renda, quanto por alterações do lado da oferta, com o aumento da produtividade. O autor também associava os problemas latino-americanos com a inflexibilidade de alguns preços, sobretudo a rigidez à baixa dos salários nos países desenvolvidos. Entretanto, nossa análise nos mostrou que apenas em 1961 o autor começou a dissertar sobre o terceiro ponto: o fato de que iniciada a espiral inflacionária a política monetária apresentava basicamente um papel passivo. Tal assertiva nos qualifica a afirmar, por fim, que a despeito de ter utilizado o estruturalismo para refletir acerca dos problemas da América Latina desde 1949, sua abordagem estruturalista do problema inflacionário só foi plenamente desenvolvida em 1961.

### 3.4. AS POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO IDEALIZADAS POR PREBISCH

As graves consequências da inflação apontadas por Prebisch e já sumarizadas na segunda seção fizeram o autor afirmar, em 1954 que *"No hay exageración alguna en afirmar que la inflación por sus efectos económicos, sociales y políticos, es el problema más apremiante con que se enfrenta la America Latina. Tiene desde luego que atacarlo con medidas propias, tomadas con firmeza y convicción"* (Prebisch, 1954, p. 38). Mesmo quando formada sua visão estruturalista acerca da problema inflacionário, acreditava que a inflação não era inevitável na região, e a despeito de não ser uma condição suficiente, a estabilidade monetária era uma condição necessária para o desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1961a, p.67).

Prebisch também defendia, assim como Furtado, que o combate ao processo inflacionário não necessariamente devia levar à recessão econômica, pois *"el castigo ortodoxo no recae sobre quienes la desencadenaron o medraron con ella sino sobre las*

*lasas populares latinoamericanas que venían sufriendo sus consecuencias*" (PREBISCH, 1961a, p. 10). Para o autor, a recessão advinha não do fato da inflação ser combatida e o mecanismo da poupança forçada extinto, mas sim do tipo de medida adotada e a ausência de uma combinação com outras ações necessárias. Três foram as políticas anti-inflacionárias apontadas por Prebisch de cunho recessivo e que deveriam ser evitadas: a) As políticas que levavam à contração das inversões inflacionárias, mas as não substituem por outras formas de financiamento, b) As medidas que compensavam a inflação de origem fiscal com a contração das atividades privadas e c) quando a renda se estabilizava em um nível abaixo do necessário para que a demanda efetiva dos trabalhadores pudesse absorver a produção destinadas à eles (Prebisch, 1961a, p. 52). Um ponto importante vale ser ressaltado sobre estas políticas, em especial a primeira. Prebisch acreditava que não haveria nenhuma razão para acreditar que o volume de investimentos na América Latina era demasiadamente alto, consistindo seu problema unicamente na fonte inflacionária de financiamento. Ademais, o autor defendia que:

*"Comprimir las inversiones para lograr la estabilidad y el equilibrio suele haber impedido que esas transformaciones estructurales pudieran hacerse en tiempo oportuno, y esto ha retardado innecesariamente la recuperación de la economía"* (PREBISCH, 1961b, p. 111)

O autor criticava também duramente o fato de que as autoridades responsáveis buscavam reduzir o crédito com uma política monetária contracionista antes do aumento da poupança, deixando para que isto ocorresse posteriormente, quando a renda fosse menor e conseqüentemente muito mais difícil ampliar a margem desta (PREBISCH, 1961a, p. 53). No que concerne ainda à política monetária, Prebisch deixava bem claro a insuficiência das estratégias para conter a inflação que utilizasse apenas tal política monetária contracionista, dado, como extensamente abordado outrora, que o problema inflacionário era principalmente de cunho estrutural:

*"No se exija a la política monetaria lo que ella no puede ser por sí sola. Es imposible combatir la inflación ni prevenir su resurgimiento con medidas puramente monetarias; hay que insertalas en el cuadro de una vigorosa política de desarrollo económico que asegure el equilibrio estructural de la economía"* (PREBISCH, 1961a, p. 67).

A ideia de Prebisch de que a política monetária deveria ser inserida em um programa mais vasto, que promovesse o próprio desenvolvimento econômico, nos indica o quanto sua análise tinha por trás a percepção de que os problemas enfrentados pelos países latino-americanos possuíam uma solução muito mais complexa do que as preconizadas pela teoria ortodoxa, sendo a inflação um problema além da esfera econômica: *"No es por cierto la inflación un fenómeno puramente económico y para comprenderlo cabalmente requiérense investigaciones sociológicas que tardan en llegar en la América Latina"* (PREBISCH, 1961a, p. 66). Couto (2007) ressalta que foi na terceira etapa do pensamento de Prebisch, entre 1959 e 1963 que fica evidente a influência de José Medina Echavarría no que concerne às suas posições sociológicas e a inclusão destas na problemática da inflação (COUTO, 2007, p. 8). Este aspecto também se sobressai quando afirma ser necessário uma firmeza de caráter e uma profundidade de convicções dos dirigentes políticos, sem os quais, mesmo quando os fatores estruturais fossem débeis, ocorreria um processo inflacionário crônico (PREBISCH, 1961a, p. 59).

Dado que o problema era também político, caberia aos economistas apresentar soluções alternativas ao financiamento inflacionário. O autor expõe então dois meios que deveriam ser buscados a fim de a inflação ser evitada: o financiamento externo e um mercado comum latino-americano. Tais alternativas são abordadas com bastante ênfase por Prebisch, que mostra então sua grande crença no comércio e cooperação internacional como uma forma de promover o desenvolvimento recíproco dos países envolvidos e a superação dos problemas estruturais que causavam a instabilidade monetária.

Segundo o autor, o aporte de capital internacional nos países subdesenvolvidos levaria inexoravelmente ao aumento das exportações de bens de capital dos países desenvolvidos, alcançando estes últimos um ponto de equilíbrio da produção e da renda superior ao que haveria na ausência de tal auxílio. Em sua análise do papel do capital advindo do exterior, Prebisch também critica a forma como os órgãos internacionais promoviam a ajuda nos países subdesenvolvidos, dado que estes condicionavam a cessão de recursos ao controle inflacionário, privando a política anti-inflacionária de um elemento assaz importante (PREBISCH, 1961a, p. 55). Outra crítica é dirigida ao limitado volume de recursos concedidos. Prebisch acreditava que ceder

recursos apenas às compras de bens de capital levava os empresários da América Latina a recorrerem ao sistema bancário nacional para obter fundos a fim de financiar, por exemplo seu capital circulante, com conhecidas repercussões inflacionárias, principalmente nos países que não dispunham de um mercado de capitais desenvolvido (PREBISCH, 1954, p. 39).

Analizamos anteriormente que uma das causas principais da inflação era a advinda dos custos, dado a forma como a indústria como um todo haviam sido instalada na América Latina. Prebisch afirmava que o critério de escolha para a implementação de um parque industrial foi a sua tecnologia mais acessível, não analisando se seria a mais eficiente ou não, dada a estrutura do país que a estava implementando. Priorizou-se a instalação de indústrias de bens de consumo, quando a produção de alguns bens intermediários e de capitais teriam uma diferença de custos menor em relação aos produtos importados (Prebisch, 1961b, p. 86). Dado isto, instaurou-se um círculo vicioso no que se refere à produção industrial latino-americana: os altos custos iniciais requereram proteção, e a perpetuação da proteção excessiva aumentou a diferença de custos em relação aos países desenvolvidos, agregando ainda a estes impostos indiretos e cargas sociais (PREBISCH, 1963, p. 115).

A solução apresentada por Prebisch é então, em grande medida, um mercado comum latino-americano, que possibilitasse a instalação de indústrias respeitando critérios de economicidade, sobretudo, aproveitando os ganhos de eficiência advindos da escala de produção. Além, Prebisch também propunha uma espécie de agência de fomento voltada à pesquisa na região. O autor dedica bastante esforço em esquematizar um programa de abertura dentro da América Latina que beneficiasse tanto as indústrias dos países mais frágeis como a dos países mais desenvolvidos relativamente. Entretanto, foge ao escopo deste trabalho descrever os critérios técnicos apresentados por Prebisch para minimizar os efeitos colaterais da abertura, como por exemplo, sua abordagem para lidar com a escassez de dólares. Tal abertura levaria ainda à condução de uma política monetária mais responsável: *"Cabalmente, la existencia de un mercado común hará más imperiosa la necesidad de una sana política monetaria adecuada a las necesidades del desarrollo"* (PREBISCH, 1963, p. 165).

Indicamos anteriormente também que um dos problemas da inflação de custos era a advinda dos preços agrícolas. O mercado comum permitiria também lidar com



este problema, e não só dos altos custos da indústria, principalmente dado o fato de que os países da região produziam praticamente todas as matérias-primas básicas (PREBISCH, 1963, p. 150). Apesar de apoiar este comércio com menos barreiras entre os países da região, o autor foi além, indicando que este caminho não era suficiente, sendo necessária também a progressiva abertura em relação aos países centrais, dado que sempre surgiriam novos produtos que iriam requerer o aumento da capacidade de importação da América Latina como um todo (PREBISCH, 1963, p. 122).

Muitas são as críticas feitas à forma como foi implementada a indústria na América Latina. Não raramente também é feita uma comparação com os países asiáticos de industrialização tardia, como a Coreia, ressaltando o fato de que eles se industrializaram voltados para a exportação, enquanto nossa região industrializou-se em um cenário de economias fechadas, sem aproveitar os ganhos de produtividade promovidos pelo aumento da concorrência. Apesar de muito deste último fato, a forma como a indústria foi implementada na América Latina, ser atribuído ao pensamento cepalino de defesa da indústria na região, é interessante analisarmos as assertivas de Prebisch. O autor já reconhecia a necessidade de uma abertura comercial no período analisado, e chamava atenção exatamente para a necessidade de aumentar a concorrência através tanto de um mercado comum quanto posteriormente com uma abertura para o comércio com os países centrais. Também é reconhecido o fato de que, ao menos no Brasil, o controle do processo inflacionário que ocorreu após a abertura, só foi possível graças aos volumosos recursos de capital que aportaram no país na década de 1990, recursos estes que Prebisch já apontavam ser de suma importância para a estabilização.

Prebisch foi bastante influenciado por Schumpeter no período de formação de seu pensamento estruturalista, no que diz respeito ao papel do empreendedor para aumentar a produtividade e consequentemente auxiliar no combate ao processo inflacionário (COUTO, 2007, p. 4). O autor deixava claro que a gestão direta, isto é, a existência de empresas estatais deveria se fazer em apenas alguns casos específicos, por exemplo, quando não havia interesse da iniciativa privada ou setores que por suas características eram monopólios naturais (PREBISCH, 1963, p. 103).

Um ponto ainda relevante de ser analisado é o tocante a taxa de consumo das classes altas para financiar o investimento. Prebisch acreditava que no cenário da



época não havia espaço ideológico para que o Estado exercesse um papel de coerção no sentido de obrigar, por exemplo, um empresário a investir em determinado setor que fosse conveniente. Prebisch afirmou em 1963: *"No hay nada inherente a la planificación ni en la propagación de la tecnología contemporánea que lleve a subordinar al individuo en desmedro de sus derechos fundamentales"* (PREBISCH, 1963, p. 104). O autor defendia que o instrumento ideal a ser utilizado era o de incentivos e desencentivos e o único campo justificável de existência de medidas coercitivas era a de uso e conservação dos recursos naturais (PREBISCH, 1963, p. 104)

No início deste capítulo ressaltamos o fato de que Prebisch discorria acerca de toda a América Latina, e logo, o grau de detalhamento de suas políticas não poderiam o ser no mesmo grau, por exemplo, do plano de estabilização idealizado por Furtado, dado que este foi delineado para um país específico em um período específico. Entretanto, algumas questões pontuais são generalizadas por Prebisch, como a questão do congelamento das tarifas. O autor acreditava que tal política não conseguiu na América Latina obter nenhum efeito distributivo real, sendo apenas um componente psicológico que havia perturbado a produção e o comércio (PREBISCH, 1961a, p. 51). O autor também demonstra em seus textos sua posição contra o uso das desvalorizações monetárias a fim de promover mudanças estruturais: *"A mi parecer, una política de depreciación o devaluación sólo debería emplearse para corregir una moneda sobrevalorizada en el exterior y no como un instrumento para una política proteccionista selectiva"* (PREBISCH, 1958, p. 449).

Este argumento, o relativo às desvalorizações, é retomado em 1961 quando divide a problemática em dois casos distintos, sendo o primeiro um desvio de um equilíbrio estrutural e o segundo um fenômeno que o autor chama de "fenômeno de estrutura". Um exemplo do primeiro caso seria uma sobrevalorização causada por um aumento dos salários acima da produtividade. Prebisch acredita que neste caso, a desvalorização da moeda seria indicada. Já do segundo, o do fenômeno de estrutura, o autor utiliza uma situação hipotética onde houve um maior crescimento da renda do que o permitido pelo volume de divisas disponíveis, sendo necessárias mudanças estruturais da economia. Neste caso, somente a desvalorização monetária causaria uma distribuição regressiva da renda, sendo necessárias outras medidas, quais sejam,

todas as medidas indicadas por ele em seus trabalhos para promover a industrialização com o mínimo de perturbações, que apresentamos brevemente neste trabalho.

Ainda em relação a questão da distribuição de renda, Prebisch acreditava que uma atenção especial deveria ser dada para o aumento da produtividade nos bens de consumo popular, e conseqüentemente à baixa dos preços destes:

*"Otro elemento que puede en muchos casos tener importancia destacada al considerar un programa de mejoramiento de la productividad, es la conveniencia de actuar en ciertas industrias donde los altos costos influyen en el precio de artículos básicos de consumo y por tanto en el nivel del ingreso real de la mayoría de la población"* (PREBISCH, 1954a, p. 65)

Uma última questão a ser ressaltada, de caráter geral, é o otimismo de Prebisch neste período quanto ao futuro da América Latina. Discutimos anteriormente o importantíssimo papel do capital estrangeiro e do comércio regional para o controle inflacionário na região, dado que eram estes os elementos que auxiliariam na tarefa de resolver os graves entraves estruturais existentes, sendo a inflação principalmente uma consequência destes entraves.

Quanto ao capital estrangeiro, Prebisch acreditava, influenciado pela Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento da ONU, que a América Latina estava participando pela primeira vez da construção de uma nova ordem econômica internacional (PREBISCH, 1963, p. 110). Sua posição otimista abrange até mesmo a questão do coeficiente de importação dos Estados Unidos: *"El proteccionismo secular de este país ya se habia venido ablandando y es de esperar que esta nueva política pueda abrirse ahora muy ancho camino"* (PREBISCH, 1964, p. 235). O nosso período analisado coincide ainda tanto com a criação da Associação Latino - Americana de Livre Comércio, a ALALC, em 1960, quanto o período inicial do trabalho de Prebisch na Secretaria Geral da UNCTAD, onde seu esforço se dirigiria à resolução dos problemas de cooperação internacional. Infelizmente, seus principais elementos de uma política de estabilização, como a formação de um mercado comum, nunca se fizeram presente na magnitude que o autor preconizava, sendo a abertura econômica feita em sua totalidade diretamente com o resto do mundo, e não primeiramente com os demais países latino-americanos. Já no tocante ao aporte de capital, sabe-se que a década de 1970 apresentou um alta liquidez de dólares, ficando o questionamento dos motivos que impediram que a América Latina estabilizasse suas economias neste período.

#### **CAPÍTULO 4: OS TRABALHOS DE JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES E A DOUTRINA DA POUPANÇA FORÇADA**

Partindo do pressuposto básico de que o teto de crescimento das economias em vias de desenvolvimento era o capital, apresentando estas um significativo volume de desemprego marxista<sup>8</sup>, João Paulo de Almeida Magalhães procura adaptar os modelos de crescimento das economias maduras para as economias subdesenvolvidas, e a partir de tal modelo, sugerir uma série de medidas de política econômica tendo em vista o desenvolvimento, definido por ele como o aumento da renda per capita da população, e em certo grau, também a estabilização monetária. Apesar de estar ligado sobretudo ao setor privado da economia, sendo no período analisado diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria - CNI, o autor, acumulando ao final do período analisado a titulação de Doutor em Economia pela *Universite de Paris I* e de Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, busca construir sua tese a partir da análise de uma extensa gama de trabalhos como, dentre outros, os de Joseph Schumpeter, John Hicks, Roy Harrod, Evsey Domar, Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Raúl Prebisch e Ignácio Rangel.

Apesar também de sua consistente formação teórica, Magalhães manifesta uma notável preocupação em apresentar suas ideias de forma a alcançar o público não-economista da sociedade, principalmente em seus livros de 1962, *Uma Nova Formulação Teórica para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, e 1963, *Desenvolvimento Econômico*, voltados sobretudo a tais leitores. Além de ser o primeiro trabalho a exibir uma linguagem simples e uma ausência de modelos, o seu livro de 1962 é também o primeiro em que Magalhães defende abertamente a contenção dos salários reais e consequentemente do consumo a fim de financiar o investimento, tendo como ponto de partida seus modelos desenvolvidos em trabalhos anteriores.

Dada a importância conferida pelo autor à abordagem formal dos problemas econômicos através da construção de modelos, a primeira sessão apresenta os pontos principais intrínsecos às abstrações desenvolvidas por este, e a partir de tal apresentação delinear as causas do processo inflacionário apontadas pelo autor.

---

<sup>8</sup> O autor define tal desemprego como aquele que não pode ser eliminado com o aumento da procura, dada a insuficiência de capital para empregar todos os trabalhadores disponíveis (MAGALHÃES, 1962, p. 46).

Guardando a semelhança com a estrutura dos capítulos anteriores, a segunda sessão indica as repercussões do processo inflacionário na sociedade, enquanto a terceira assinala as políticas recomendadas por Magalhães para conter tal processo inflacionário. A quarta sessão, por sua vez, aponta os comentários feitos por Magalhães ao pensamento cepalino no que concerne à inflação, a relação apontada por ele entre a estabilização monetária e o nacionalismo e também procura demonstrar a recepção da CNI quanto ao Plano Trienal elaborado por Furtado e apresentado no capítulo dois.

#### 4.1. A ABORDAGEM FORMAL DA PROBLEMÁTICA E AS CAUSAS DA INFLAÇÃO

João Paulo de Almeida Magalhães, ao tentar categorizar o pensamento econômico da região, o divide em três grandes correntes, enquadrando-se na terceira: os adeptos da ortodoxia econômica, tendo como principal expoente o professor Eugênio Gudín, os estruturalistas ligados à CEPAL e os heterodoxos. Apesar de enquadrar-se no campo da heterodoxia econômica, o autor dá indícios de ser adepto também do modelo de aprendizado da economia denominado por Arida (2003) de *hard science*, em que encontramos uma fronteira do conhecimento que abarca todo o pensamento válido desenvolvido anteriormente. Tal indício fica claro quando o autor, em seu livro de 1961, decide incluir dois trabalhos recentes em sua análise, os de Fellner e Kurihara, com a justificativa de delinear as contribuições definitivas na ciência econômica feitas por trabalhos anteriores, dado que tais contribuições definitivas, segundo o autor, são aquelas que se perpetuam no desenvolvimento do campo de pesquisa e constituem o objeto principal de estudo (MAGALHÃES, 1961, p. 78).

Como dito anteriormente, Magalhães baseia-se para desenvolver suas análises em uma extensa lista de autores, sendo muito deles, de países de economias avançadas. Apesar deste fato, o autor defende que o desenvolvimento econômico, definido como a eliminação do atraso tecnológico dos países subdesenvolvidos e o progressivo aumento da renda per capita, é um fenômeno distinto do crescimento econômico e portanto pleiteava uma teoria distinta da elaborada para as teorias maduras. Em 1961 o autor argumenta que "as análises existentes encontram-se, via de regra, em estágio elementar e aplicam-se dificilmente ao caso do subdesenvolvimento econômico" (MAGALHÃES, 1961, p. 82). Neste sentido, segundo Magalhães, a

economia distinguia-se sobremaneira de outros campos de pesquisa como, por exemplo, da medicina, em que uma vacina poderia ser utilizada em escala mundial sem significativas objeções (MAGALHÃES, 1962, p. 9). O autor encontra ainda respaldo para desenvolver uma teoria específica para os países subdesenvolvidos nos trabalhos de List, que elaborou um arcabouço teórico para defender a necessidade de proteção da indústria alemã nascente, com o argumento que ficou conhecido como o da indústria infante (MAGALHÃES, 1962, p. 9). Seu modelo vai ainda além no que concerne à especificidade, dado que é feito apenas para analisar as economias subdesenvolvidas que já venceram a etapa inicial do desenvolvimento econômico e podem ser enquadradas como economias capitalistas, sendo tal o caso da América Latina em seu conjunto. Além de definir uma economia subdesenvolvida como aquela em que há uma baixa renda per capita em comparação com os países desenvolvidos, Magalhães também acredita na existência de uma estrutura de produção dual intrínseca às economias mais pobres, onde coexistem um setor altamente capitalista e com tecnologia avançada e outro com a adoção de técnicas rudimentares. Neste sentido o desenvolvimento também pode ser definido como a gradativa expansão deste primeiro setor capitalista (MAGALHÃES, 1961, p. 93).

Em consonância com sua defesa de criar um modelo que fosse útil para a análise econômica nos países subdesenvolvidos, já em seu primeiro livro lançado em 1954 o autor esboça uma abstração em que delineia as principais características do desenvolvimento econômico de uma economia do tipo brasileira, aperfeiçoando-a em seu livro de 1961. Inspirado também por Hicks, que segundo Magalhães, a despeito de não ser o primeiro autor da economia a utilizar recorrentemente recursos gráficos, muito contribuiu para a caracterização e aceitação deste tipo de enfoque, utiliza com bastante ênfase tais recursos para explanar de forma mais clara seu pensamento. Dado o relativo esforço de Magalhães em traduzir seu pensamento e apresentá-lo de forma gráfica, tanto em seu modelo de 1954 quanto o aperfeiçoado em 1961, reproduzimos na (FIGURA 1) seu derradeiro trabalho.

Antes de comentar seu modelo, é necessário, entretanto, inteirar-se de alguns aspectos de sua análise. Magalhães deixa claro que seu trabalho aplica-se inteiramente à explicar o desenvolvimento em uma perspectiva de longo prazo, e chama atenção para a ameaça inerente aos trabalho que utilizam técnicas destinadas a inquirir apenas

a conjuntura econômica e as aplicam à dinâmica secular. Magalhães disserta que a ocorrência de tal imprecisão é bastante plausível, dado a facilidade oferecida pela adaptação de técnicas já conhecidas, as destinadas a analisar o curto prazo, a problemas novos (MAGALHÃES, 1954, p. 13). Este ponto é importante para compreender as conclusões dadas por Magalhães quanto ao uso da poupança forçada: o autor clama interessar-se apenas pelo desenvolvimento no longo prazo e portanto não exclui a necessidade de existir, em alguma medida, um sacrifício no ínterim do aumento da renda per capita.

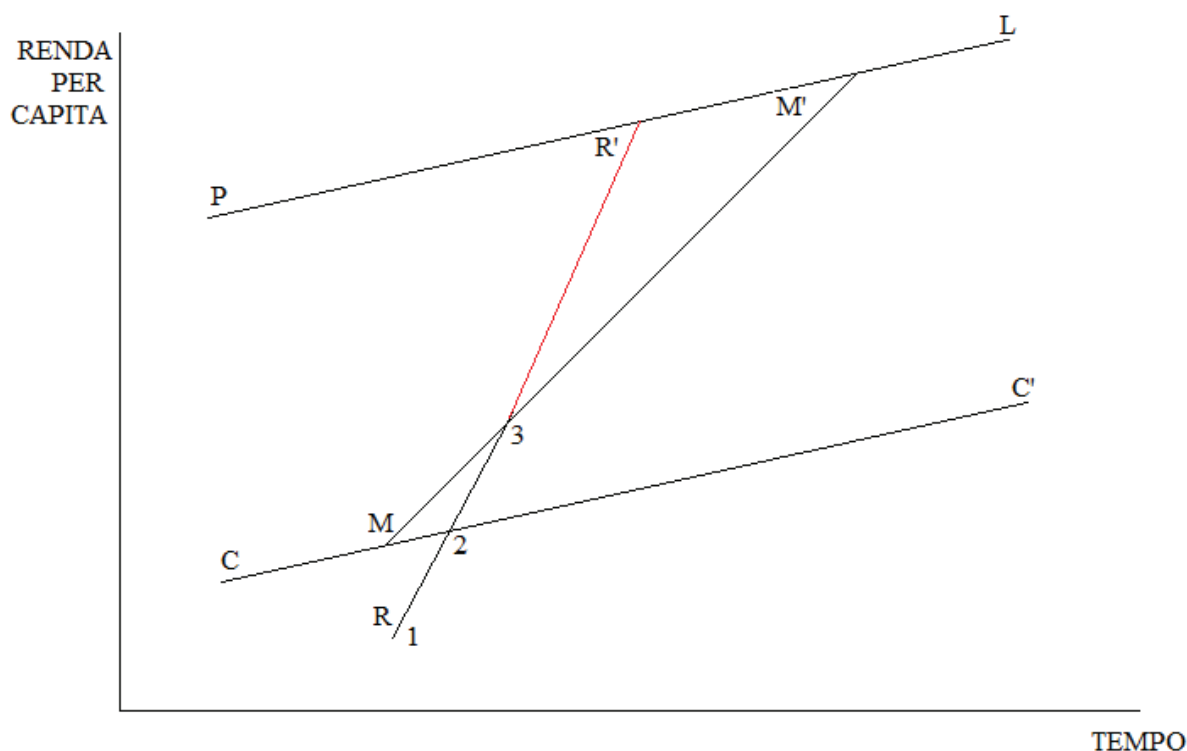
Outro aspecto que deve ser considerado é que Magalhães dedica-se a analisar somente a dinâmica parcial da economia, em que apenas alguns elementos exógenos essenciais que apresentam variação contínua<sup>9</sup> são incluídos, citando como exemplos de trabalhos que utilizam esta abordagem os de Harrod, Hansen e Hicks. Em contraste com a análise da dinâmica parcial, "os defensores da dinâmica global exigem que se explique não apenas o movimento das chamadas variáveis econômicas, mas ainda as mutações dos dados" (MAGALHÃES, 1954, p. 15). Magalhães também exemplifica o que ele enquadra como dados: "Os dados seriam, entre outros, a inovação técnica, as modificações da população, a escala de valoração de cada indivíduo, a estrutura legal etc. (MAGALHÃES, 1954, p. 14). Em suma, Magalhães acredita que cabem aos modelos da dinâmica parcial, usados por ele como exemplos, explicar os efeitos dos dados nas variáveis econômicas, mas não as causas que levaram estes dados a se modificarem em primeiro lugar. A despeito, acredita na validade da dinâmica global, mas defende que esta não estava ainda além de discussões metodológicas e tentativas pouco sistemáticas.

Tendo em mente estas duas considerações, elucidaremos a (FIGURA 1). O modelo ilustra como ocorre o aumento da renda per capita, representado no eixo vertical, ao longo do tempo em uma economia subdesenvolvida. A figura apresenta primeiramente duas retas principais e paralelas, a reta CC' e a reta PL. Enquanto a primeira delas representa o teto da plena utilização do capital disponível a segunda simboliza o teto da plena utilização da mão-de-obra, sendo esta última o ponto em que o país deixa a condição de subdesenvolvimento. Este é um ponto central do

---

<sup>9</sup> É relevante chamar a atenção para o fato de que neste caso, os elementos de variação contínua contrastam com aqueles que apresentam mutações, ou seja, mudanças bruscas, como por exemplo em casos de guerras.

pensamento de Magalhães: o autor acreditava que, nas economias subdesenvolvidas havia escassez de capital e excesso de mão-de-obra, em discordância portanto com o pensamento ortodoxo brasileiro, que sustentava que a economia brasileira estava no ponto de pleno emprego da mão-de-obra, assim como também do pensamento de Ignácio Rangel, que defendia a existência tanto de mão-de-obra quanto de capital desocupados. Dado que para o autor em análise as economias maduras eram caracterizadas pela escassez de trabalhadores e excesso de capital, o desenvolvimento constituía-se basicamente em aumentar o capital disponível para empregar o excesso de mão-de-obra das economias mais pobres.



**FIGURA 1 - O CRESCIMENTO DA RENDA PER CAPITA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS**

Fonte: Magalhães, 1961, p. 104.

O autor começa supondo que a economia encontra-se no ponto 1 no que concerne à renda per capita e há então uma política deliberada visando o aumento do produto em um ritmo representado pela inclinação da reta  $RR'$ . No trecho constituído



entre o ponto 1 e 2 o crescimento é feito através da eliminação do desemprego keynesiano, o desemprego que pode ser eliminado através de incrementos da demanda efetiva. Alcançado o ponto 2, em que todo o capital disponível encontra-se ocupado, os formuladores de política econômica encontram duas alternativas: aumentar a taxa de poupança da economia permitindo o aumento do capital, e logo continuar crescendo à um ritmo representado pela inclinação da reta  $RR'$ , ou aceitar um ritmo de crescimento à taxa representada pela inclinação da reta  $CC'$ <sup>10</sup>. É neste ponto que encontramos a causa primeira da inflação nas economias subdesenvolvidas: ela indica o ponto em que a economia encontra-se em plena utilização do capital. A solução apresentada para o autor para a inflação, desenvolvida com maior minúcia na seção 3, é portanto a mesma que para o problema do subdesenvolvimento: aumentar a taxa de poupança e por conseguinte expandir o capital.

Resta ainda explanarmos o que representa a reta  $MM'$  do modelo em análise, que possui especial significação no que concerne à política de planejamento. Já em seu livro de 1954 o autor, ao discordar da divisão feita por Barrère das fases de desenvolvimento de uma economia, define que as economias em vias de desenvolvimento, como a brasileira, possuíam um crescimento limitado ao mesmo tempo pela insuficiência de poupança e pela capacidade de absorção (MAGALHÃES, 1954, p. 103). A reta  $MM'$  representa, portanto, o fato de que a economia é incapaz de absorver uma taxa de investimentos superior à um dado ritmo (MAGALHÃES, 1961, p. 106). Este fato também implica que, ultrapassada a capacidade de absorção o crescimento da economia é puramente monetário, ilustrado pelo segmento vermelho da reta que indica a taxa de crescimento, a reta  $RR'$ . Apesar de ter incluído essa segunda limitação ao crescimento, além do já supracitado volume da poupança, Magalhães argumenta que a importância da taxa de absorção é secundária:

"A introdução  $MM'$ , ou capacidade de absorção, não modifica os termos do problema. A própria  $MM'$  é deslocável. Uma política bem orientada de desenvolvimento, ao mesmo tempo que eleva a taxa de poupança, cria as condições requeridas para que os novos investimentos sejam absorvidos sem dificuldade. [...] Note-se, aliás, que a capacidade de absorção constitui um limite bem mais flexível que o representado pela taxa de poupança. Em condições

<sup>10</sup> A reta  $CC'$  apresenta inclinação positiva porque o autor assume a lei psicológica fundamental de Keynes, que sustenta que a poupança aumenta mais que proporcionalmente com o aumento da renda. A reta  $PL$  por sua vez, apresenta inclinação positiva pois reflete o avanço tecnológico que permite aumentar a produtividade da mão-de-obra da economia.



normais, portanto, sua neutralização não oferece problemas" (MAGALHÃES, 1961, p. 107).

A despeito de deixar claro que a capacidade de absorção não é um problema de grande magnitude, o autor acredita na relevância de incluir a problemática pois esta adquire maior proporção diante de um grande aporte de capital estrangeiro e também porque o desenvolvimento da economia brasileira podia ser ameaçado, dentre outros, pela carência de pessoal técnico, pela má orientação dos investimentos e pelos estrangulamentos. É então que o autor conclui que "talvez estejamos aqui diante de um argumento em prol da programação". (MAGALHÃES, 1961, p. 107).

Segundo o modelo de Magalhães, quando a economia alcança o ponto de pleno emprego do capital inicia-se o processo inflacionário. O autor vai além em esmiuçar tal processo, dividindo-o em duas partes: o mecanismo central da inflação e os condicionantes desta. O mecanismo central da inflação constitui-se da disputa em torno da repartição do produto nacional, ou seja, segundo o autor, em sua essência, a inflação é causada pela luta entre as classes sociais:

"A inflação é o processo cumulativo de elevação de preços, que resulta, durante um período, do combate monetário, entre os diversos agentes econômicos para manter ou conservar sua renda real [...] quando a massa global dos bens disponíveis na economia é insuficiente para satisfazer simultaneamente todas as exigências" (MAGALHÃES, 1964, p. 14, nota de rodapé).

No que concerne à segunda parte em que o processo inflacionário é dividido, o autor apresenta a emissão monetária como o condicionante da inflação, assumindo esta, portanto, um papel passivo no processo inflacionário, em divergência direta com a teoria quantitativa da moeda (MAGALHÃES, 1964, p. 14). O trecho ressaltado anteriormente ainda nos apresenta a definição do fenômeno inflacionário dado por Magalhães: a inflação é o processo cumulativo de elevação dos preços. A despeito de que, em uma primeira leitura tal afirmação apresenta-se trivial, o autor defende por exemplo, que um aumento generalizado do preço dos produtos dado um aumento dos impostos indiretos, ou ainda um aumento de tais preços dado a elevação dos custos de produção não pode ser caracterizado como inflação. É a partir deste argumento que Magalhães entra em desacordo com o pensamento estruturalista no que concerne à inflação de custos:

"A existência na América Latina, de processos capazes de desencadear uma inflação de custos parece-nos claramente demonstrada pelos estruturalistas. Cumpre, porém, observar que o simples aumento de preços, decorrente de novos impostos indiretos, da inflexibilidade do setor agrícola e da substituição de importação não constitui, em si, uma inflação. Esta se caracteriza, em verdade, como um processo acumulativo de elevação de preços. Portanto, para que as causas acima desencadeiem uma verdadeira inflação necessário será que os grupos prejudicados reajam tentando recuperar a situação anterior."(MAGALHÃES, 1963, p. 58).

Este ponto, o de que certas elevações de preços não são caracterizadas como inflação também fica claro quando o autor refere-se à existência de um processo denominado "sopro inflacionário" nas economias latino-americanas. Em 1963, por exemplo, o autor manifesta sua concordância com a tese de que "em países subdesenvolvidos um aumento anual de preços de 5% não é inflação" (MAGALHÃES, 1963, p. 58, nota de rodapé)<sup>11</sup>. Por fim, ainda na citação ressaltada nesta página e retirada de seu livro de 1964, a de que a inflação ocorre quando há insuficiência dos bens, é salientado um dos pressupostos do modelo desenvolvido anteriormente: as economias subdesenvolvidas, em geral, não apresentam insuficiência da procura global, pois a indústria cria seu próprio mercado (MAGALHÃES, 1962, p. 64).

Em suma, esta primeira seção tinha como objetivo apresentar o modelo principal desenvolvido por Magalhães e extrairmos de tal modelo as causas da inflação apontadas por ele. Tendo este fato em mente, concluímos que Magalhães aponta como causa principal da inflação a escassez de capital, e sendo esta uma condição intrínseca ao subdesenvolvimento, persiste uma pressão inflacionária durante todo o período em que o país busca aumentar sua renda per capita (MAGALHÃES, 1954, p. 132). O autor também apresenta no decurso de sua obra uma invariável preocupação em definir corretamente todos os termos apresentados, como dentre muitos, o crescimento, desenvolvimento, subdesenvolvimento, e como já apresentamos, a própria definição de inflação que utiliza em seus trabalhos. Ao afirmar que em seu modelo persiste ainda uma pressão inflacionária, também atenta-se para definir corretamente tal vocábulo, aclarando também os conceitos de inflação latente, inflação reprimida e inflação aberta:

---

<sup>11</sup> Outra passagem em que o autor reforça a ideia é em seu livro de 1964, quando afirma: "Um aumento de preços que atinja um ou poucos setores não configura uma inflação. Da mesma forma uma elevação de preços que, embora geral, se realize de uma vez por todas, não se enquadra no conceito de inflação. O que tipifica a inflação, além de sua generalidade, é a constante e gradual elevação de preços" (MAGALHÃES, 1964, p. 12).

" A primeira [a inflação aberta] existe quando as forças de desequilíbrio se desenvolvem sem empecilhos. [...] Comparando-se as definições verificamos que o conceito de pressão inflacionária e inflação latente se confundem. Podem ser ambas descritas como o excesso potencial de procura sobre a oferta global que não se concretizam graças à atuação de forças imanentes ao sistema. Distinguem-se, pois da inflação reprimida em que o excesso potencial da procura é contida pela intervenção do governo" (MAGALHÃES, 1954, p. 132, nota de rodapé).

Dado que no modelo de Magalhães a causa da pressão inflacionária era a escassez de capital, e que no Brasil tal pressão havia transformado-se em inflação aberta, vamos além na definição das causas do processo inflacionário e concluímos que este tinha como raízes o fato de que o excesso potencial de procura havia se concretizado. Sabendo ainda que a demanda agregada é constituída sobretudo pelo consumo e pelo investimento privado e público, o autor afirma em 1964 que a causa fundamental da inflação encontrava-se na "incompatibilidade das aspirações de consumidores e investidores" (MAGALHÃES, 1964, p. 57). Tal afirmação será assaz importante para o delineamento de suas políticas de estabilização, que apresentaremos na sessão 4. Antes, entretanto, vamos analisar os efeitos da inflação na economia brasileira apontados por Magalhães.

#### 4.2. OS EFEITOS DO PROCESSO INFLACIONÁRIO NA ECONOMIA

Magalhães acreditava firmemente nos benefícios acarretados pela inflação no desenvolvimento econômico. Em 1962, em livro intitulado "Inflação e Desenvolvimento" o autor afirma que:

"A inflação nos subdesenvolvidos é capaz de desempenhar um papel dinâmico positivo [...]. O processo inflacionário provoca o fenômeno da chamada poupança forçada monetária. Poupança é a parte da renda anual de um indivíduo ou sociedade que não é consumida, ou seja, que é economizada. A poupança constitui a base de todos os investimentos que se fazem no país. Ora, quando os preços aumentam como consequência, por exemplo de emissões destinadas a financiar uma usina elétrica, os salários reais (isto é, medidos em termos de quantidades de bens que eles podem comprar) baixam proporcionalmente. Tudo se passa, portanto, como se os trabalhadores houvessem sido forçados a entregar parte de sua renda para a construção da usina. Esse é o fenômeno que ocorre na inflação e o que se torna conhecido pelo nome de poupança forçada. Assim, um país que registre 70 de poupança voluntária (definida esta como aquela parte de sua renda que a população deixa livremente de consumir) pode obter 30 unidades suplementares mediante um surto inflacionário que provoque a formação de poupança forçada. Teremos, assim, a poupança total de 100, o que permitirá um volume igual de

investimentos, acelerando, portanto, o desenvolvimento". (MAGALHÃES, 1964, p. 16).

Inúmeras são as outras passagens que não deixam margem de dúvidas quanto ao fato de que o autor enxerga funcionalidade na inflação. Em seu livro do ano anterior, por exemplo, também afirma "a poupança forçada monetária contrariamente do que sucedia no caso anterior [o caso dos países desenvolvidos] desempenha importante papel nos subdesenvolvidos" (MAGALHÃES, 1963, p. 27). Em ambas passagens, Magalhães deixa claro que a poupança forçada possui valia apenas no caso dos países mais pobres, onde o mecanismo podia prolongar-se indefinidamente dado o baixo poder de negociação dos trabalhadores, em contraste com o que ocorria nos países desenvolvidos, em que o fator raro era a mão-de-obra. A prova de que em economias como a brasileira os trabalhadores não eram capazes de evitar a formação de poupança forçada encontrava-se, segundo Magalhães, no fato de que, a despeito dos surtos inflacionários da economia, até aquele momento os sindicatos não haviam sido capazes de obter uma escala móvel de salários, ou seja, indexar o reajuste das remunerações do trabalho de acordo com a inflação do período (MAGALHÃES, 1963, p. 28). Segundo suas obras, a implementação da escala móvel faz com que a formação da poupança forçada, que depende do atraso nos reajustamentos, fosse bastante limitada (MAGALHÃES, 1964, p. 23).

Na passagem anteriormente ressaltada na qual o autor afirma "tudo se passa como se os trabalhadores houvessem sido forçados a entregar parte de sua renda", vemos que o mecanismo é associado apenas aos salários reais, a despeito de que a inflação incide sobre todos os grupos que recebem rendimentos fixos. Sobre a funcionalidade da inflação no que concerne aos outros grupos da economia que possuem tais rendimentos, além dos trabalhadores, Magalhães disserta que:

"Até agora nos referimos apenas aos salários. Qual o papel de outras remunerações fixas, como juros e aluguéis? Enquanto são recebidos por grupos de altas rendas a poupança forçada deles oriunda pode significar simples transferência, ou seja, a poupança suplementar colocada à disposição de investimentos públicos e privados tem sua origem na redução das poupanças dos beneficiários de juros e aluguéis. Neste caso a inflação não estaria contribuindo para o desenvolvimento visto que não ocorre aumento da poupança global" (MAGALHÃES, 1964, p. 20).

A despeito disto, o autor defende que tratando-se da problemática no que concerne às classes que possuem renda fixa que enquadram-se na classe média e

consomem parte significativa de suas rendas, há formação de poupança e portanto a inflação apresenta um componente dinâmico para promover o desenvolvimento. Ainda assim, afirma que os rendimentos do trabalho por sua importância na renda nacional e por dedicarem-se quase em sua totalidade ao consumo, constituem a principal fonte da poupança forçada e, portanto, disserta que "parece-nos inegável, todavia, que a contribuição fundamental da inflação para o desenvolvimento depende da redução dos salários reais" (MAGALHÃES, 1964, p. 20).

No que respeita à incidência da inflação na remuneração do trabalho, entretanto, Magalhães acredita que exista um limite para o nível de poupança forçada exigida das massas, encontrado por ele no estado em que os trabalhadores cogitem uma conflagração: "Note-se, porém, que o ritmo inflacionário deve situar-se dentro de certos limites, para evitar que, tornando-se insuportável o sacrifício e na impossibilidade de reagir dentro das normas do mercado, as classes prejudicadas evoluam para a revolução social" (MAGALHÃES, 1962, p. 62).

No ponto em que chegamos da análise, é impossível não compararmos a abordagem cepalina com a do autor ligado à CNI, no que concerne à política de contenção do consumo das classes mais abastadas. Magalhães disserta, quando aborda a questão do comunismo, que não apresentava resistência quanto a tal política. O que extraímos de seus trabalhos é que o autor parece não acreditar que conter o consumo da classe rica e direcionar tal esforço de poupança para os investimentos da economia fosse o suficiente para promover o desenvolvimento do país. Magalhães também aponta que, sendo o objetivo da poupança forçada o aumento da relação capital-trabalhador, as distorções causadas pela inflação no que concerne à produtividade do capital tornariam de certa forma contraproducente utilizar o processo inflacionário para aumentar tal relação:

"Em qualquer hipótese, porém, cumpre levar em conta os prejuízos acarretados pelas distorções oriundas da inflação. Dentro do nosso esquema, eles tomariam a forma de queda na produtividade do capital, o que, nos casos mais graves, anularia totalmente os ganhos decorrentes do deslocamento inicial do teto [...] Não teríamos a menor objeção em aceitar a tese de N. Kaldor, na sua conferência pronunciada no Brasil *"Inflation and Economic development"*, segundo a qual: "A inflação é em todos os sentidos um instrumento inferior comparado com métodos alternativos para atingir os mesmos objetivos". (MAGALHÃES, 1961, p. 99).

Não obstante Magalhães acreditar que a inflação fosse um instrumento inferior, defendia também que o crescimento com ela superaria aquele do caso em que houvesse a aceitação da plena capacidade como uma barreira intransponível. No que toca à demais distorções do processo inflacionário, além da queda da produtividade do capital, Magalhães afirma que "a respeito destes males deve-se dizer que seu significado, ou foi exagerado ou resulta simplesmente da não adoção de medidas compensatórias" (MAGALHÃES, 1964, p. 25). No que diz respeito, por exemplo, ao fato de que a inflação corrói as remunerações pagas aos serviços públicos, argumenta que a deficiência de tais serviços de infra-estrutura poderia ter sido evitadas se as tarifas fossem reajustadas. Sobre a injustiça social do processo, lança um questionamento: "no caso do desenvolvimento com estabilidade não deveríamos obter igual sacrifício, através de impostos ou poupanças voluntárias?" (MAGALHÃES, 1964, p. 26). Com isso, sustenta que "não negamos que a inflação possa resultar em certo número de distorções. Afirmamos apenas que estas não tem a relevância necessária para tirar da inflação sua característica de um dos caminhos abertos para se alcançar o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1964, p. 26). Sobre os problemas nas contas externas, Magalhães também defendia que estes persistiriam com a existência ou não da inflação: "as dificuldades na balança de pagamentos dos países em vias de desenvolvimento, não desaparecerão com a simples volta ao equilíbrio monetário" (MAGALHÃES, 1961, p. 155).

No início desta sessão abordamos a questão que o autor levanta de que nos países subdesenvolvidos a inflação possuía um funcionamento com prazo indefinido dado que os trabalhadores não tinham poder de barganha suficiente para reclamar a implementação do mecanismo de reajuste automático. Iniciada porém a espiral de preços e o aceleração da inflação, Magalhães acredita que esta passa a perder seu potencial dinâmico: "Há todavia, sintomas de que, ultrapassando certos limites, a inflação perde a capacidade de constituir apoio efetivo ao desenvolvimento [...]. Seremos pois, levados a reconhecer diferença qualitativa entre processos inflacionários de ritmo diferente" (MAGALHÃES, 1964, p. 56). Testemunhando a situação pela qual passava o Brasil, após a falha tentativa de estabilização do Plano Trienal, o autor chamava atenção também para a ameaça constituída por uma hiperinflação: "Uma hiperinflação coloca o país à beira do caos social o que, de forma alguma, favorece o

desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1954, p. 28). Atinando para estas afirmações e para a já supracitada de que a inflação pode causar distorções que levam à diminuição da produtividade do capital, abordaremos na próxima seção as medidas indicadas pelo autor para o combate ao processo inflacionário.

#### 4.3. O CONTROLE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO

Antes de discutirmos quais as medidas apontadas por Magalhães para conter o processo inflacionário é pertinente tratarmos do posicionamento do autor no que concerne ao papel da intervenção governamental como um todo. Lembrando que o desenvolvimento para ele constituía-se do aumento da renda per capita, nos países desenvolvidos em que não era possível o crescimento acima do teto da mão-de-obra<sup>12</sup>, a política econômica tinha como objetivo único a manutenção da renda por habitante no limite do pleno emprego. Já nos países subdesenvolvidos, segundo Magalhães, aumentavam sobremaneira os horizontes de tais políticas, dado que elas poderiam servir ao objetivo de eliminar o estado do subdesenvolvimento<sup>13</sup>, e não somente manter o nível de renda como no caso dos países mais ricos. A necessidade da intervenção governamental se fazia ainda maior para o autor partindo das estatísticas que apontavam que a diferença de renda entre os países desenvolvidos e os demais havia aumentado substancialmente nos últimos 150 anos, diferença esta advinda do maior incremento de capital disponível por trabalhador nestes primeiros (MAGALHÃES, 1963, p. 11). Dada a urgência de uma política de desenvolvimento, Magalhães sustentava que não existia problema inerente à busca pelo equilíbrio monetário da economia, mas contudo tal busca não poderia ser o objetivo prioritário da política econômica (MAGALHÃES, 1962, p. 15).

Dado o papel da poupança forçada no desenvolvimento, apresentado na seção anterior, Magalhães acreditava que a eliminação do processo inflacionário deveria ocorrer em concomitância com o aumento da poupança disponível na economia, e

---

<sup>12</sup> É apropriado lembrarmos que o modelo desenvolvido pelo autor enquadrava-se na análise da dinâmica parcial, tomando uma série de variáveis, como a tecnologia, como dadas.

<sup>13</sup> Apesar de crer que o subdesenvolvimento poderia ser eliminado através de políticas econômicas, Magalhães não acreditava na ideia de progresso material, pois não havia diminuição do hiato entre as necessidades dos indivíduos e os bens destinados a atender tais necessidades. O autor sustentava sua opinião com base em pesquisas sobre o comportamento do consumidor que indicavam a existência de um mecanismo automático de expansão das necessidades da população (MAGALHÃES, 1954, p. 139).



prevendo as dificuldades intrínsecas à tal aumento, sustentava que uma política de estabilização levaria em torno de três a quatro anos (MAGALHÃES, 1962, p. 18). A eliminação no curto prazo da inflação, para o autor, interromperia o desenvolvimento econômico: "Como vimos acima a pressão inflacionária é constante em países em vias de desenvolvimento. Medidas tendentes a eliminá-la completamente só podem, pois, ter efeito pleno, a partir do momento que interrompam o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1954, p. 131). Em consonância com essa afirmação, mesmo após propor as medidas para conter o processo inflacionário, ressalta que essas tinham como objetivo conter a inflação num teto considerado razoável para autor, correspondendo, no máximo, a 25% ao ano: "A inflação necessária ao desenvolvimento é, contudo uma inflação moderada. A experiência brasileira indica para ela uma taxa máxima de 25%" (MAGALHÃES, 1964, p. 105).

Sendo a política mais importante tanto para o desenvolvimento quanto para a contenção da inflação, os mecanismos para promover o aumento da poupança disponível na economia foram objeto de atenção especial por Magalhães. Como expectável, aponta a poupança externa e o aumento da propensão a poupar interna como tais mecanismos. Apesar disso, não tece demais comentários acerca do investimento estrangeiro, além de apontá-lo como uma medida para aumentar a poupança. Em seu livro de 1961 disserta: "O segundo caso diz respeito aos investimentos internacionais, que ficam fora do campo de nossas cogitações" (MAGALHÃES, 1961, p. 97). Consequentemente, seu esforço de análise dirige-se sobremaneira à questão do aumento da propensão marginal a poupar da economia, tópico que salienta com pujança uma das características mais preponderantes do pensamento de Magalhães, isto é, sua visão de que o desenvolvimento demanda esforço por parte da população:

"O desenvolvimento exige sacrifício, ou seja, uma "política de austeridade". Trata-se, em última análise, de uma redução do consumo ou, pelo menos, de uma contenção no seu aumento. Na prática, o fardo pode ser aliviado por diversos meios, entre os quais a entrada de capitais estrangeiros. A alternativa consumo-investimento permanece, porém. É indispensável tê-la em mente sempre que se falar em desenvolvimento. Diríamos mesmo que, no Brasil, a função, pouco simpática aliás, do economista, tem sido, nos últimos anos, a de chamar à razão políticos que, na euforia dos primeiros sucessos do nosso desenvolvimento, pretendem proporcionar aos seus eleitores níveis de consumo comparáveis aos dos Estados Unidos ou Europa" (MAGALHÃES, 1963, p. 12).

Importante notar que o termo "política de austeridade" foi ressaltado na passagem acima entre aspas. Dado a intensidade do processo inflacionário pelo qual passou o Brasil, Magalhães acreditava à época que o volume de poupança necessário para promover o desenvolvimento já havia sido recolhido, e a contenção do processo inflacionário dependia tão somente das classes prejudicadas aceitarem tal perda:

"Em países como o Brasil, sujeito a um prolongado processo de inflação, pode-se aumentar a poupança voluntária sem passar por uma real política de austeridade. Em verdade, o sacrifício requerido em termos de contenção do consumo já foi realizado através do mecanismo da inflação, bastando portanto que este fato seja abertamente reconhecido e aceito pelos interessados [...] Na prática, o problema consiste em convencer os trabalhadores de concederem, voluntariamente, o que lhes vinha sendo arrancado subrepticamente pela inflação" (MAGALHÃES, 1962, ps. 44 e 45).

Em resumo, a principal medida indicada por Magalhães para reduzir a taxa de inflação consistia em convencer a classe trabalhadora em aceitar o salário médio de dado período. Por exemplo, se no início de um ano o salário em termos reais somava Cr\$6.000,00 e passado um tempo, dado o processo inflacionário, consistisse em apenas Cr\$4.000,00, o autor sugere que seja estabelecido o salário em Cr\$5.000,00, o valor médio, em lugar de persistir a espiral de preços e salários ao exigirem os trabalhadores um reajuste que equivalesse aos Cr\$6.000,00 em termos reais. Para o autor, a aceitação da remuneração no nível proposto não implicaria em sacrifício pois há tempos o salário já havia sido reduzido por causa da inflação. Ao falar sobre a crítica que incide em tal política, disserta, acerca dos investimentos inflacionários: "o fim desejado é, assim, obtido por caminhos escusos, que se supõem politicamente mais aceitáveis" (MAGALHÃES, 1961, p. 98).

Há pouco afirmarmos que Magalhães não acreditava que a inflação na América Latina fosse advinda dos custos. Em consenso com sua indicação o autor não associa, como o faz Prebisch, a implementação de um mercado comum na região ao combate ao processo inflacionário, apesar de acreditar que um acordo regional de comércio fosse útil do desenvolvimento do país. Magalhães aponta como vantagens de tal tratado a intensificação do processo de substituição de importações, o aumento do mercado interno e do poder de negociação do bloco como um todo e, como último elemento, a constituição de um mercado comum evitaria também a duplicação de esforços de produção. Apesar das vantagens, o autor acreditava que o Brasil, com sua

dimensão continental, constituía um caso diferenciado em que o estabelecimento de um mercado deste tipo seria útil, porém não necessário ao dinamismo econômico. (MAGALHÃES, 1963, p. 96). Magalhães, assim como Prebisch, também disserta acerca de medidas destinadas a lidar, em um eventual mercado, com as substanciais disparidades entre os diversos países da região no que respeita ao nível do desenvolvimento industrial, de forma a distribuir os benefícios da implementação do acordo (MAGALHÃES, 1962, p. 101).

Mais além em sua defesa de que a inflação no país não era de custos, Magalhães criticava as políticas destinadas a aumentar a produtividade da economia, sobretudo a da mão-de-obra nos países subdesenvolvidos, fator abundante no país. Quanto à produtividade do capital, afirma:

"Enquanto as estatísticas revelam um constante acréscimo na produtividade média da mão-de-obra (sua evolução confunde-se, praticamente, com a do produto "per capita"), a produtividade média do capital apresenta, pelo contrário, notável constância. Donde se conclui pela impossibilidade nos subdesenvolvidos de uma política, a longo prazo, de aumento da produtividade. Para estes, portanto, a política de produtividade é secundária, devendo todos os esforços se concentrar no incremento da taxa de capitalização" (MAGALHÃES, 1962, p. 61).

O autor defendia que dado a existência de um significativo contingente de mão-de-obra, constituía uma falácia de pensamento a ideia de que implementar um parque industrial não era procedente porque seus custos eram mais altos que a dos países desenvolvidos: "Essa iniciativa [a industrialização] terá bases racionais ainda que o país em causa seja relativamente ineficiente no setor industrial e seus custos (em termos de quantidades físicas de fatores) permaneçam indefinidamente mais elevados que os correntes nos parques manufatureiros de outras partes do mundo" (MAGALHÃES, 1962, p. 64).

Essa seção possuía como objetivo inicial delinear as medidas indicadas por Magalhães para conter o processo inflacionário e ressaltamos que a principal destas era a contenção do salário real. Realizada esta etapa, o autor também desenha em seu livro de 1964 um plano gradual de controle que envolvia ações de curto prazo, como redução dos subsídios e aumento das tarifas e de médio prazo, como o aumento dos impostos e reformas administrativas objetivando a melhoria da arrecadação (MAGALHÃES, 1964, p. 73). Ressaltamos também que a meta a ser alcançada pela

política de estabilização não era a eliminação total do processo inflacionário, mas apenas seu controle, dado os perigos inerentes à uma hiperinflação. Neste sentido, Magalhães também propõe por fim a adoção de algumas medidas destinadas a corrigir as distorções da inflação para torná-la admissível pela população, como a indexação do câmbio, as alterações a fim de desencorajar investimentos especulativos, uma política racional de salários destinada a fazer com que os reajustes se antecipassem às greves e a adaptação do sistema fiscal à realidade inflacionária (MAGALHÃES, 1964, p. 74).

No primeiro capítulo desta dissertação, que exibe uma leitura de fonte secundária acerca da questão da poupança forçada na literatura, apresentamos o trabalho de Saretta (2010) cujo objetivo era expor a reação da CNI ao Plano de Estabilização Monetária do governo Juscelino. No segundo capítulo também destacamos os principais pontos do Plano Trienal idealizado por Celso Furtado e apontado por Boianovsky (2012) como o primeiro plano de estabilização a utilizar o arcabouço teórico do estruturalismo. Apresentadas estas considerações, a próxima seção possui como objetivo expor as observações do autor ligado à CNI acerca do Plano Trienal e à construção de Brasília, bem como algumas questões pontuais sobre o cenário político do período analisado e a própria leitura secundária apresentada por Magalhães sobre o pensamento da CEPAL e a relação deste com a teoria da poupança forçada.

#### 4.4. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA, O CENÁRIO POLÍTICO E O PENSAMENTO DA CEPAL

Na seção anterior destacamos que para Magalhães a intervenção pró-desenvolvimento se fazia bastante necessária dado que a diferença entre a renda dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentava uma tendência de crescimento. Em seu trabalho de 1963, encontramos outra razão pela qual o autor proclamava ser imprescindível uma política para aumentar a renda per capita do país: a ameaça comunista. Em tal obra, Magalhães defende que a União Soviética era uma região subdesenvolvida que crescia de forma rápida exatamente porque adotava também de forma acelerada as tecnologias modernas disponíveis e conclui que, abordando as

economias mais pobres, "o desenvolvimento econômico surge hoje como indispensável à defesa dos valores da civilização cristã" (MAGALHÃES, 1963, p. 136).

É interessante notarmos aqui que a despeito de ser incluído por Bielschowsky (1995) como um autor desenvolvimentista, Magalhães criticava tal corrente por associá-la ao marxismo:

"O desenvolvimentismo ao endeusar o progresso econômico, passou a ser interpretado por muitos como uma nova espécie de concepção materialista do mundo. Não vamos discutir aqui se os escritos dos autores do grupo autorizam ou não esta interpretação. Sobretudo porque ela resulta, muitas vezes, menos do exame direto dos textos escritos do que do conhecimento puro e simples da participação de intelectuais marxistas nos grupos desenvolvimentistas" (MAGALHÃES, 1963, p. 134).

No mesmo trabalho de 1963 o autor também afirma:

"No Brasil, a aceitação do desenvolvimento como eliminação do atraso foi prejudicada por uma colocação espúria do problema: nos referimos ao chamado "desenvolvimentismo". Resultou, essa doutrina, ou "ideologia", como preferem chamá-la seus partidários, da tomada de consciência por parte de alguns intelectuais do problema econômico brasileiro. A diminuta participação de economistas nesses grupos impediu que adotassem uma atitude científica em face do problema. Assim sendo, em vez de contribuírem para alargar e aprofundar o debate entre as duas concepções de desenvolvimento acima estudadas, introduziram toda uma série de malentendidos e confusões, tentando distinguir entre partidários e adversários do desenvolvimento, semeando desconfianças onde até então apenas existiam discordâncias científicas [...] O "desenvolvimentismo" trouxe, portanto, maiores prejuízos do que vantagens" (MAGALHÃES, 1963, p. 19).

Em tal cenário de urgência no que se refere à superação da condição de subdesenvolvimento dada a ameaça do pensamento marxista, Magalhães defende que a construção de Brasília surge como um importante passo para tal superação ao promover o sentimento nacionalista brasileiro, já que nenhum outro país construiu em tão pouco tempo e em um lugar tão desértico uma nova sede administrativa (MAGALHÃES, 1963, p. 139). Segundo Magalhães, "Esse fato, que para alguns, pareceria a confirmação final da irracionalidade do empreendimento, teve aparentemente, o efeito de libertar o povo brasileiro de um renitente complexo de inferioridade" (MAGALHÃES, 1963, p. 20). A relação entre o nacionalismo e o desenvolvimento é aclarada na mesma obra: "Há uma interação entre desenvolvimento e nacionalismo. A glorificação da nação requer mais produção econômica. Nacionalismo é também um incentivo para o sacrifício necessário para a formação do capital" (MAGALHÃES, 1963, p. 20).

Magalhães sustenta seu argumento no tocante à questão de Brasília dissertando que entre 1958 e 1959 houve um aumento do custo de vida de 40%, duas vezes mais alto do que o valor já apresentado anteriormente, e a esperada inquietação social resultante dessa corrosão do poder de compra não se manifestou. O autor discorre que "Brasília eletrizou, aparentemente, a opinião pública, e absolveu o Governo de todos os erros. Os sacrifícios em prol do desenvolvimento, simbolizado pela nova capital eram, pela primeira vez, aceitos de bom grado" (MAGALHÃES, 1963, p. 139).

Além de tecer considerações acerca da construção de Brasília, os planos de estabilização de Lucas Lopes e o Plano Trienal de Celso Furtado foram também objeto de análise por Magalhães. Sendo um plano considerado ortodoxo pelo autor, o primeiro deles recebeu uma série de críticas, dado que as medidas planejadas destruiriam o mecanismo da poupança forçada: "A crítica fundamental a ser feita ao Programa de Estabilização é de que ignorou o papel dinâmico da inflação exercido através do mecanismo da poupança forçada" (MAGALHÃES, 1964, p. 61). Trechos seguintes também associa o governo Juscelino ao já criticado desenvolvimentismo: "Lançado num governo "desenvolvimentista", pouco tardou que se fossem percebidos seus corolários negativos. A consequência disso foi seu quase imediato abandono" (MAGALHÃES, 1964, p. 62).

Já a crítica ao Plano Trienal feito pelo autor recaí sobretudo na ausência da defendida política de convencer os trabalhadores a aceitarem o salário médio:

"O Plano Trienal também fracassou rendondamente, embora por motivos diferentes dos que explicam o insucesso da tentativa anterior. Em verdade, posto que houvesse realizado substancial progresso ao adotar medidas para preservar o desenvolvimento não chegou às ultimas consequências da posição escolhida. Não procurou, em verdade, obter das classes de rendimentos fixos a realização voluntária de poupanças que, até o momento, vinham sendo conseguidas pelo caminho da inflação. Ao optar pelo desenvolvimento e recusar uma política salarial realista o Plano Trienal estava, inadvertidamente, tornando a inflação inevitável. Por esse motivo fracassou como instrumento de contenção de preços" (MAGALHÃES, 1964, p. 63).

É singular observarmos que a despeito de comentar uma série de trabalhos produzidos no Brasil e na América Latina, como os de Prebisch, Pinto, Sunkel, Rangel e Gudín, a única obra comentada de Furtado, ainda que sem a atribuição da autoria, seja o Plano Trienal neste livro de 1964, do qual extraímos a citação acima. O nome de Furtado é citado uma única vez em toda a obra de Magalhães analisada: em seu livro

de 1961, quando faz referência à uma lista de autores que se contrapunham às políticas indicadas pelo *mainstream* (MAGALHÃES, 1961, p. 11). Magalhães também atribuía a elaboração do conceito de inflação estrutural ao artigo de Sunkel publicado em 1958:

"No Chile as objeções ao esquema F.M.I. - Klein and Saks insistiram precipuamente no fato de que a fórmula adotada considerava o problema de maneira epidérmica ignorando, pura e simplesmente as peculiaridades estruturais da economia nacional. Manifestação desse ponto de vista se acha implícita no Estudo Económico de América Latina - 1957. O Sr. Oswaldo Sunkel procurou explicitá-lo em artigo publicado, inicialmente, no número 4 de 1958 de "El Trimestre Económico". De então para cá surgiu todo um movimento de idéias que se convencionou chamar de *teoria estruturalista* da inflação" (MAGALHÃES, 1963, p. 44).

O autor ressalta que o agrupamento de ideias provindos da CEPAL no que toca à inflação realmente constituíam um conjunto de objeções incontestavelmente pertinentes e que de fato constituíam também uma real contribuição para a análise do desenvolvimento, mas que não chegavam a formar uma teoria propriamente dita. Seu argumento baseava-se em que "melhor comprovação da inexistência de uma teoria estruturalista se acha [...] na própria dificuldade de que se encontram seus partidários para formularem um programa logicamente concatenado (MAGALHÃES 1964, p. 91).

Por fim, no que diz respeito à associação do pensamento cepalino entre o desenvolvimento e a inflação, Magalhães discorre que os estruturalistas admitiam a importância crucial da formação de poupança para o crescimento, mas tendiam a ser omissos no que tratava das implicações desse fato:

"A par do limite acima, determinado "ceteris paribus" pelo nível das exportações, fala-se também na insuficiência da poupança interna. Esta insuficiência poderia constituir uma segunda determinante da inflação de procura. Curiosamente, porém, os autores estruturalistas, após reconhecerem o papel do baixo nível das poupanças, tendem a escamotear esse fator no restante do raciocínio" (MAGALHÃES, 1964, p. 90).

Completando sua análise, o autor alega que a CEPAL acreditava no potencial da inflação para promover o desenvolvimento, mas era apenas cética quanto à concretização das condições necessárias para que o processo inflacionário realmente tivesse efeitos positivos, como os lucros advindos dos preços mais altos serem majoritariamente dirigidos aos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, a não existência de restrições à importações de bens de capital e uma



disciplina seletiva de crédito no sistema bancário (MAGALHÃES, 1961, p. 57). Como ressaltamos anteriormente, Magalhães acreditava que o Brasil já havia vencido a etapa em que a restrição à importação de bens de capital era um obstáculo intransponível e defendia o maior controle aos empréstimos bancários. Por último, no papel de representante da classe empresarial considerava também que maiores lucros implicavam em maiores investimentos e por isso deduz que a inflação poderia promover o desenvolvimento, ainda que sua defesa maior consistisse em um programa de conscientização da classe trabalhadora das exigências demandadas pelo processo de superação do subdesenvolvimento, como já apresentamos.

## CONCLUSÕES

Esta dissertação de mestrado possuía como objetivo principal comparar a leitura secundária apresentada no primeiro capítulo, que apontava os autores analisados como defensores da teoria da poupança forçada, com a leitura primária da obra destes no ínterim 1949-1964. Também definimos como teoria da poupança forçada aquela em que há a defesa da inflação como um meio de promover o desenvolvimento econômico. Vimos ainda que nos três autores analisados, em algum grau, há o reconhecimento de que a inflação desempenhou um papel não-desprezível na industrialização brasileira. Entretanto, é inegável que há uma discrepância bastante significativa entre tal reconhecimento e a defesa explícita do processo inflacionário como um meio de promover o desenvolvimento. Em tal sentido, não podemos afirmar que nem mesmo Magalhães tenha sido, em teoria, um defensor da alta descontrolada dos preços como um meio de aumentar a taxa de crescimento: o autor dissertava que a inflação carregava em si aspectos negativos e a melhor alternativa era a estabilização do salário médio. O autor defendia portanto a poupança voluntária, e não a forçada. Em reforço à nossa conclusão temos as passagens citadas anteriormente em que Magalhães descreve a necessidade de incentivar o espírito nacionalista na população com o objetivo de *convencer* os trabalhadores de que o crescimento exige um esforço conjunto.

Como descreve Boianovsky (2012), Furtado foi o primeiro a empreender uma tentativa de aplicação da teoria estruturalista em um plano de contenção de preços, ainda que o Plano Trienal tivesse objetivos além da estabilização monetária. Seu plano incluía uma série de medidas estruturais para canalizar recursos não-inflacionários para os investimentos, e como destacamos, foi o primeiro plano a não incluir o aumento dos salários acima da produtividade como uma causa da inflação. Sua dedicação à superar o problema inflacionário ainda no curto prazo sem diminuir os salários reais é uma indicação bastante clara de que Furtado não defendia a compressão destes para promover o desenvolvimento. Prebisch, por sua vez, discorria que a estabilidade monetária, ainda que não fosse uma condição suficiente para o desenvolvimento econômico, era uma condição necessária para este. Não seria preciso levar em conta

mais nenhuma das assertivas apresentadas no trabalho para concluir que o autor não via na inflação um meio de promover o desenvolvimento. Prebisch defendia ainda que não havia espaço para medidas coercitivas no cenário político, dissertando que o melhor caminho era o de incentivos e desincentivos. O único campo em que tais medidas se impunham, segundo o autor, era o da preservação de recursos naturais.

A análise apresentada nos possibilitou também tecer algumas considerações acerca da construção do conceito de inflação estrutural. Ainda que uma série de autores defendam que no início da CEPAL a abordagem estruturalista era aplicada apenas aos problemas relativos ao Balanço de Pagamentos, discorrendo que a aplicação à problemática da inflação foi feita posteriormente, a autobiografia de Furtado nos indica que, ao menos em seu caso, a abordagem estruturalista foi feita inicialmente para analisar o processo inflacionário da região, sendo aplicada mais tarde em seu pensamento ao problema da inserção externa.

Um dos últimos pontos abordados no trabalho também nos aponta algumas conclusões acerca do pensamento desenvolvimentista, pensamento este defendido pelos três autores em análise segundo Bielschowsky (1995). Ainda que apresentando o termo como "ideologia", definição dada pelo trabalho em questão, Magalhães critica enfaticamente a corrente desenvolvimentista da época, associando-a com o pensamento comunista. Um questionamento derivado dessa assertiva seria se tal associação, desenvolvimentismo e comunismo, era recorrente nas décadas analisadas ou um ponto de vista particular de Magalhães. É interessante notar também que o autor ligado à CNI não enquadra o pensamento cepalino na corrente supracitada.

Outro questionamento pertinente derivado da análise é em que período a teoria estruturalista da inflação passa a entrar em desuso, não sendo mais utilizada, por exemplo, pelos novo-desenvolvimentistas citados na introdução deste trabalho, ainda que estes evoquem a necessidade de aumentar a poupança para promover o desenvolvimento. Sabemos certamente que o grau de industrialização do Brasil é hoje maior do que no passado, mas também o cenário internacional apresenta hoje alguns novos elementos intrínsecos que dificultam a estabilização monetária, como a volatilidade dos capitais, fruto do processo de globalização da economia.

Na introdução deste trabalho também apresentamos a ideia de McCloskey de que algumas vezes a teoria de fato aplicada nem sempre corresponde à mais

apropriada ao fim proposto e que com isso a história do pensamento econômico também pode ser uma fonte de conhecimento assaz útil em alguns casos. Partindo deste ponto de vista, é interessante observarmos que já em meados dos anos sessenta Prebisch preconizava que dois elementos eram cruciais para a estabilização monetária da região: a abertura comercial e a entrada de recursos estrangeiros, dois fatores determinantes dos planos de estabilização bem-sucedidos na América Latina, como por exemplo, o Plano Real.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: ABREU, M.P. (Org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989a, p. 73-104.

ABREU, M.P. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: ABREU, M.P. (Org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989b, p. 197-212.

ARNDT, H. W. *The Origins of Structuralism*. World Development, v. 13, n. 2, p. 151-159, 1985.

ARIDA, Pêrsio A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. IN: GALA, Paulo e REGO, José Márcio (orgs). A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 33.

BASTOS, C.P., d'AVILLA, J. G. O Debate do Desenvolvimentismo na Tradição Heterodoxa Brasileira. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 173-199, mai/ago, 2009.

BASTOS, C. P., PEREIRA. Revisão Crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963. Em: Congresso Nacional de Economia Política da Sociedade de Economia Política, XI, Anais. Espírito Santo, 2006.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1995. 480 p.

BOIANOVSKY, M. *Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist debate on economic stabilization in Latin America*. History of Political Economy, 44:2, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Crise e renovação da esquerda na América Latina. Lua Nova, no.21, p.41-54, 1990.

CANAVESE, ALFREDO J. *The Structuralist Explanation in the Theory of Inflation*. World Development, v. 10, n. 7, p. 523 - 529, 1982.

CARDOSO, E.A., Déficit orçamentário e salários reais: a experiência brasileira na década de 60. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, n. 1, p. 215 - 236, 1979.

COUTO, J. M. O Pensamento Desenvolvimentista de Raúl Prebisch. Economia e Sociedade, v. 16, n.1, p. 45 - 64, 2007.

CRAVEN, C. *A transformation problem: monetarism to structuralism in the Economic Commission for Latin America*. History of Political Economy. 26: 1-19, 1994.

CURADO, M. L. ; CAVALIERI, M. A. R. . Uma crítica à interpretação inflacionista do desenvolvimentismo. In: XVI Seminário sobre Economia Mineira, 2014, Diamantina. Anais do XVI Seminário sobre Economia Mineira, 2014.

D'AGUIAR FURTADO, Rosa Freire. A história de um plano. In: Centro Celso Furtado (Org.) O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Contraponto, [1962b] 2011.

EDWARDS, J. *Politics, Inflation, and the Mundell-Tobin Effect*, The Journal of Economics, Missouri Valley Economic Association, vol. 32(2), pages 9-30, 2006.

ELLIS, H. S. O Investimento Acelerado como Força de Desenvolvimento Econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 12, n. 1, p 5-28, 1958.

FONSECA, P. C. D. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

FRANCO, G. Auge e declínio do inflacionismo no Brasil. Em: Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Giambiagi, G Villela, A, Castro, L.B & Hermann, J. (Org). Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. Revista Brasileira de Economia. Vol. 4, p. 7-37, 1950

\_\_\_\_\_. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. Revista Brasileira de Economia, 1952.

\_\_\_\_\_. A economia Brasileira. (Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento). A Noite: Rio de Janeiro, 1954.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da Economia Brasileira, Rio. ISEB, 1958a.

\_\_\_\_\_. A política monetária. In: Sá, Francisco Jr. (Org.) Inflação e Desenvolvimento: Textos básicos sobre as economias subdesenvolvidas. Petrópolis: Vozes, [1958b], 1964.

\_\_\_\_\_. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, [1959], 2007.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, [1961] 2009.

\_\_\_\_\_. A pré-revolução brasileira. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1962a.

\_\_\_\_\_. Discurso de posse. Brasília: Palácio do Planalto, 27 set. 1962. Posse como ministro sem pasta para assuntos de Planejamento e Abastecimento. In: Centro Celso Furtado (Org.) O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Contraponto, [1962b] 2011.

\_\_\_\_\_. O Plano Trienal e o Desenvolvimento. Última Hora, São Paulo, 30 dez, 1962. In: Centro Celso Furtado (Org.) O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Contraponto, [1962c] 2011.

\_\_\_\_\_. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. Obra Autobiográfica Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, v.3, 1997.

GANEN, A. Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 29, n. 56, p. 131 - 152, 2011.

HAYEK, F.A. von. *A Note on the Development of the Doctrine of "Forced Saving"*. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 47, n. 1, pp. 123-133, 1932.



JAMESON, K. P. *Latin American Structuralism: A methodological perspective*. World Economy, v. 14, n. 2, p. 223-232, p. 1986.

KEYNES, J.M. A teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, [1936], 1983.

LEWIS, C. M., SUZIGAN, W. *Industry and Industrialisation in Latin America: In Pursuit of Development*. Cuadernos de Historia Latinoamericana VIII. pp 227-316, 2000.

MAGALHÃES, J.P.A. A Teoria Moderna do Crescimento Econômico e o Problema do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Gráfica Mendes Junior, 1954.

\_\_\_\_\_. A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Desenvolvimento e Conjuntura, 1961.

\_\_\_\_\_. Uma Nova Formulação Teórica para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro, Desenvolvimento e Conjuntura, 1962.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Desenvolvimento e Conjuntura, 1963.

\_\_\_\_\_. Inflação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.

MEYRELLES FILHO, S. F. ; ARTHMAR, R. Moeda e Acumulação: a Doutrina da Poupança Forçada, dos Clássicos a Keynes. Texto para discussão. Goiânia: NEPEC - FACE - UFMG, 2013

MOLLO, M.L. As Controvérsias Monetárias do Século XIX, Ensaio FEE, abril, 1994.

MOLLO, M.R.L & FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho, 2013

MORAES, R. C. Teoria da inflação: Do Princípio da Demanda Efetiva à Curva de Phillips com Expectativas Adaptadas. Ensaio FEE, Ano12, n.1, p. 3-40, 1991.

NERI, Marcelo Cortes; FRANCO, Gustavo H. B. Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-cruzado. 1989. vii, 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

OREIRO, J. L. Uma Revisão das Controvérsias sobre a Equação de Cambridge. Nova Economia, Vol.15, pp. 119-149, 2005.

PALMA, J. G. *Structuralism*. Em: Dutt, A. e Ros, J (Eds) International Handnook of Development Economics. Vol. 1, p. 136 - 143.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia, v. 3, 1949, p 47-111.

\_\_\_\_\_. *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*. Estudio Económico de A.L. 1949, ECLAC; In: Serie Conmemorativa del 25 aniversario de la CEPAL, Santiago, [1950a], 1973.

\_\_\_\_\_. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Estudio Económico de A.L. 1949, ECLAC; In: Serie Conmemorativa del 25 aniversario de la CEPAL, Santiago, [1950b], 1973.

\_\_\_\_\_. *La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana*. In: Serie Conmemorativa del 25 aniversario de la CEPAL, Santiago, [1954a], 1973.

\_\_\_\_\_. *El estímulo de la demanda, las inversiones y la aceleración del ritmo de crecimiento*. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, [1954b] 1982.

\_\_\_\_\_. *El mercado común latinoamericano*. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, [1959] 1982.

\_\_\_\_\_. *El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria*. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, [1961a] 1982.

\_\_\_\_\_. *Desarrollo, planeación y cooperación*. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, [1961b] 1982.

\_\_\_\_\_. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. In: < <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/109.pdf>>. Acesso em 31/01/2014. Santiago, 1963.

\_\_\_\_\_. *Nueva política comercial para el desarrollo*. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, [1964] 1982.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. In: Centro Celso Furtado (Org.) *O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1962] 2011.

SARETTA, F. A reação da Confederação Nacional da Indústria ao Plano de Estabilização Monetária. Em: II Congresso Latinoamericano de Historia Economica - CLADHE, 2010, Cidade do México. *Estudios setoriales y tramas productivas*. Cidade do Mexico, 2010. p. 1-23.

SCHERER, M. P. A relação entre crescimento e distribuição de renda na economia do desenvolvimento: do modelo de Lewis à Belíndia. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento, In: Fiori, J. L. & Medeiros, C. A. (orgs.) *Polarização mundial e Crescimento*, Petrópolis, Vozes. [seções VI e VII], 2001.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TAYLOR, L., BACHA, E. A. Cardoso e F.J Lysy. *Models of Growth and Distribution for Brazil*. Nova York: *Oxford University Press for the World Bank*. 1980.

TAVARES, M.C. Uma releitura das reformas. In: Centro Celso Furtado (Org.) *O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Rio de Janeiro: Contraponto, [2008] 2011.

TRUBEK, D. *Law, Planning and the Development of the Brazilian Capital Market: A Study of Law in Economic Change*. New York: New York University, Graduate School of Business Administration, Institute of Finance, 1971.

VIANNA, S. B. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 - 1951. In: ABREU, M.P. (Org.) A ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989, p. 105-122.